

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



RELATÓRIO

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PALÁCIO DE JUSTIÇA)

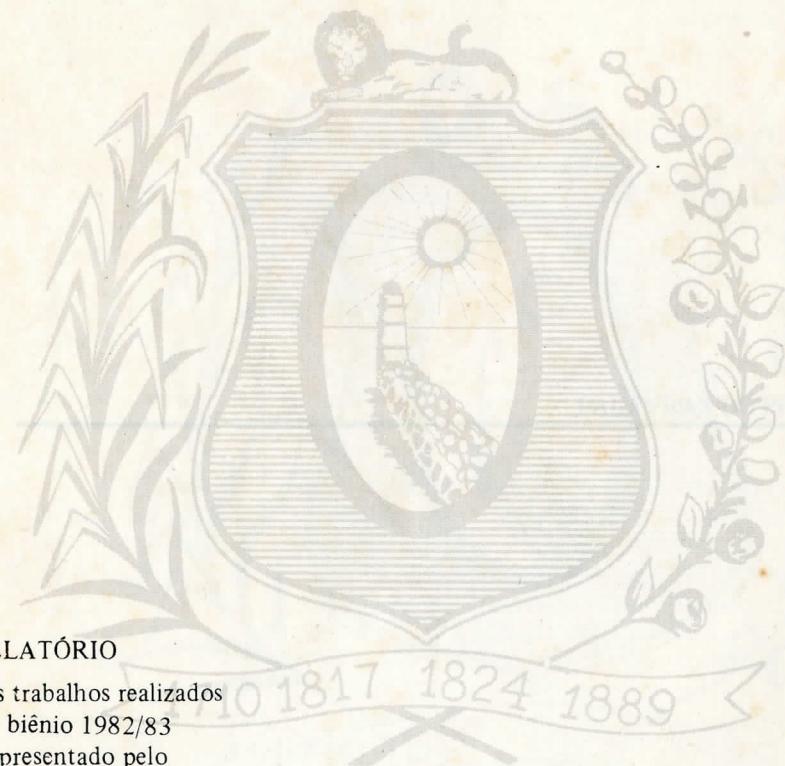
41.4197(PE)
452r
984
x.1

Pernambuco. Tribunal de Justiça
(RB=5135) Relatório Biênio 1982-1983

F000153

F341.4197(PE) P452r 1984

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO



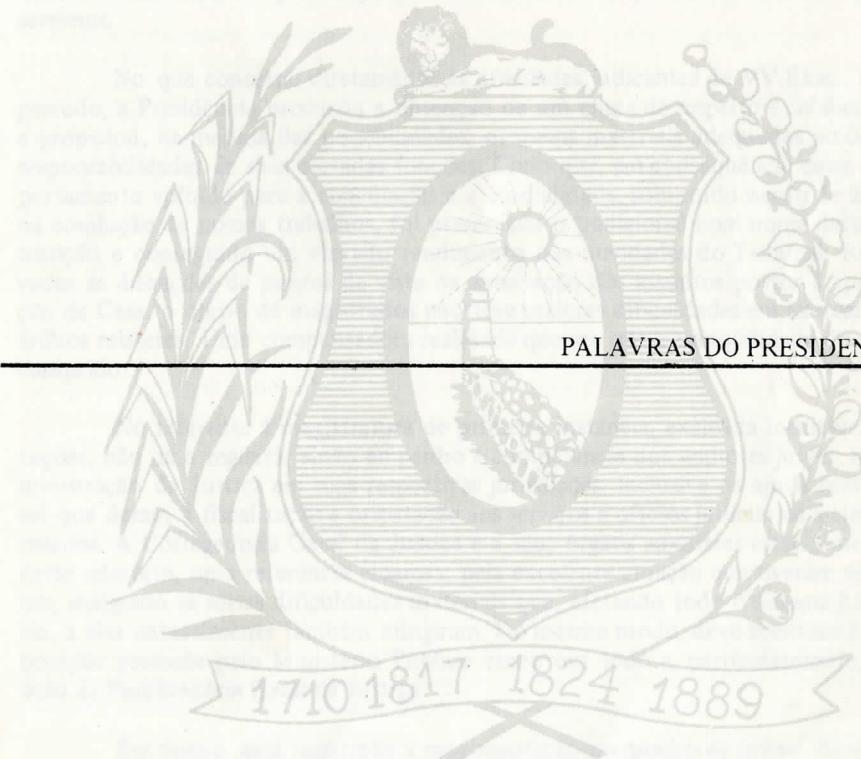
RELATÓRIO
dos trabalhos realizados
no biênio 1982/83
e apresentado pelo
Desembargador Gabriel Lucena Cavalcanti
Presidente do Tribunal de Justiça
do Estado de Pernambuco



ESTADO DE PERNAMBUCO

Vila Justica de Pernambuco	
A. T. C. S. P. A.	
Dia	Registro
06.02.04	48-2004

TJPE - BIBLIOTECA



PALAVRAS DO PRESIDENTE

Senhores Desembargadores:

Honrado com a confiança de VV.Exas., exercí, por dois anos, a Presidência deste Tribunal, em permanentes vigília e atividades em prol dos interesses e da normalidade de funcionamento do Judiciário Estadual. A par das providências e da fiscalização atinentes aos serviços judiciais e operosidade de seu pessoal, zelei, sem tibieza ou acomodações, pelo respeito à autonomia e independência do Poder a que servimos.

No que concerne diretamente às atividades judicantes de VV.Exas., nesse período, a Presidência procurou a obtenção de um clima de respeito e colaboração e propiciou, na medida das possibilidades, os meios materiais adequados ao ônus e responsabilidades de suas elevadas funções. Creio que, em consequência desse comportamento voltado para a conciliação e a cordialidade, sobretudo isento de ânimo na condução de nossos trabalhos, foi preservado o tradicional bom nome desta instituição e conseguido um elevado rendimento nas atividades do Tribunal. Ressalvadas as disenções de pontos de vista na apreciação dos assuntos postos à apreciação da Casa, o corpo de magistrados não teve maiores dificuldades em exercer seus árduos misteres. Uma compensadora realidade que me traz a tranqüilidade do dever cumprido.

No referente à magistratura de primeira instância, excluída inevitáveis exceções, não há a registrar sinão empenho e competência dos senhores juízes, na administração da Justiça em suas respectivas jurisdições, inclusive na ajuda inestimável que deram à fiscalização e orientação aos serviços e ofícios judiciários a eles vinculados. A Corregedoria Geral da Justiça e a seus órgãos auxiliares estão a merecer neste relatório, uma referência elogiosa, pela excelente atuação que tiveram no biênio, malgrado as sérias dificuldades materiais que, afetando todo o sistema judiciário, a elas naturalmente também atingiram. Do mesmo modo, devo acentuar a colaboração prestada pelo Ministério Público como um todo e, particularmente, pela ação da Procuradoria Geral da Justiça.

Em anexo, está registrada a movimentação no quadro de juízes, durante o biênio. Aqui, desejo assinalar as modificações havidas na composição deste Tribunal, com o falecimento do ilustre Desembargador Guerra Barreto e as aposentadorias dos eminentes Desembargadores Jeová Vanderlei e Duarte Lima, substituídos, respectivamente, pelos nobres Desembargadores Jarbas Fernandes da Cunha, oriundo do Ministério Público, Mauro Jordão de Vasconcelos e Demócrito Ramos Reinaldo, por acesso na carreira de juiz. Ao lamentar a ausência daqueles três companheiros, ressalto que os seus substitutos estão à altura de preencher as lacunas por eles deixadas.

Visando ao aprimoramento da Magistratura pernambucana, encontrei unânime apoio deste Tribunal para enviar, à Assembléia Legislativa do Estado, Projeto de Lei para criação da Escola Estadual da Magistratura. A iniciativa, que espero merecer o beneplácito dos Poderes Legislativo e Executivo, atende a uma antiga aspiração da Justiça, em Pernambuco, como instrumento eficaz para melhorar a prestação jurisdicional e apurar as vocações de novos juízes, capacitando os aspirantes ao exercício das específicas funções. Não tendo sido apreciado no último período legislativo, o Projeto deverá receber pareceres e encaminhamento em março próximo. A par desse Projeto, a Presidência, após aprovação do Tribunal, encaminhou ao exmo. sr. Governador do Estado Ante-Projeto de Lei para criação de 20 cargos de Juiz de Direito Substituto de 3ª Entrância, 20 de 2ª Entrância e 15ª de 1ª Entrância, o que permitirá um sistema de substituição dos juízes matriculados nos cursos de aperfeiçoamento da Escola e, ao mesmo tempo, derimirá os problemas que vêm ocorrendo com as substituições cumulativas, nos casos de licenças, vacâncias ou impedimentos de juízes. Como a medida importará em ônus orçamentários, o Ante-Projeto só poderia ser remetidos ao Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo.

Outro assunto que a Presidência teve o empenho de encaminhar à apreciação do Executivo foi referente à cessão, pelo Estado, para servir de sede à Escola Estadual da Magistratura, de prédio em que teve atividade a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, ou seja, o Liceu de Artes e Ofícios, na Praça da República. Dito imóvel foi cedido à Universidade Católica de Pernambuco, pela aludida Sociedade, mas solicitou-se do Executivo, a quem compete a guarda e manutenção do patrimônio do Estado, o exame do processamento daquela cessão, que talvez tenha sido feita com preterição de direitos do Poder Público. O Executivo já submeteu a matéria à apreciação de sua assessoria especial, que ofereceu parecer concluindo por "considerar não extreme dúvida a tese esposada no ofício deste Tribunal, 'a impoigar numa demanda judicial de resultados imprevisíveis'. Contudo a matéria ficou aberta a um reexame de todos os seus aspectos jurídicos, ressalvado que não pretendeu este Tribunal prejudicar a Douta Universidade Católica de Pernambuco, mas estabelecer uma solução, estritamente legal, que atendesse ao interesse do Judiciário e não deixasse sem a necessária compensação aquela instituição educacional de marcante valor social e cultural.

Atendendo à convivência de uma melhor estruturação no Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, a Presidência, no âmbito de sua competência constitucional, ouvido o plenário do órgão, enviou à Nobre Assembléia Legislativa do Estado projeto de Lei alterando, sem aumentar o número de seus cargos, as carreiras de Oficial Judiciário e Assistente de Plenário, visando a corrigir o inconveniente da existência de grande número de cargos iniciais e reduzidos números nas classes subsequentes. A reformulação proposta atenderá melhor ao interesse dos serviços judiciais e ampliará as oportunidades de acesso a seus dedicados servidores. Na oportunidade, foi proposta, também, a criação de um cargo de Secretário Adjunto, com específicas funções e necessário a maior celeridade nos serviços da Secretaria. O Projeto não foi votado no último período legislativo, devendo sê-lo a partir de março próximo.

A exemplo do que já foi adotado em outros Tribunais do país, em minha administração fiz implantar um serviço de computorização de controle da tramitação de processos neste Tribunal, fase inicial de um processo que, gradativamente,

irá se estender a todos os serviços da Justiça, ou seja, abrangendo também a primeira instância e suas entrâncias. A decisão foi precedida de um estudo realizado pelo CETEPE, empresa do Estado, com o qual foram contratados os serviços para a primeira etapa daquele sistema.

Foi também procedido, por técnicos, um estudo para racionalização e modernização do Arquivo Geral deste Tribunal, trabalho já concluído e que não foi implantado por carência de verbas no exercício de 1983, mas que poderá ser, de imediato, concretizado, dirimindo as sérias deficiências, apresentadas naquele setor, introduzindo sistemas mais eficazes que possam garantir a preservação de informações, tanto sob o ponto de vista administrativo como histórico.

Desde o ano de 1979 esteve suspensa a publicação do "Arquivo Forense" e do "Ementário de Jurisprudência" deste Tribunal. Foi providenciada, pela respectiva Comissão e pelo Departamento específico, a preparação dos volumes referentes aos períodos 79/82, do "Ementário de Jurisprudência" e 79/80, do "Arquivo Forense" e determinei a sua publicação. Quanto à Revista do Tribunal, fiz nela publicar jurisprudência do Supremo Tribunal e de Tribunais de outros Estados, possibilitando obter da Suprema Corte que, feita a próxima publicação, possa ser incluída como repositório oficial de jurisprudência.

Em minha administração foi editado pelo Tribunal de Justiça a obra "Uma Corte de Justiça do Império – O Tribunal de Relação de Pernambuco", de autoria do eminente Desembargador José Ferraz Ribeiro do Vale, publicação que encontrou a melhor repercussão nos meios judiciários e entre os cultores da história do país. O trabalho, dedicado às glorioas tradições deste Tribunal de Justiça, "aprofunda consideravelmente o conhecimento da história da Relação da Província de Pernambuco, até à sua reorganização no início do período republicano", como o acentuou o ilustre historiador José Antônio Gonsalves de Melo.

Preocupou a Presidência a conservação do tradicional edifício do Palácio da Justiça, que à falta de recursos recebera, durante anos, apenas pequenos consertos e raros trabalhos de restauração. E na precariedade de meios, atingindo sucessivas gestões, terminou por apresentar uma situação que deveria ser enfrentada com urgentes medidas corretivas. Desse modo, dirigiram-me os órgãos públicos específicos, pretendendo providências adequadas. Não foi possível, no entanto, obter aquela direta colaboração, por motivos, perfeitamente justificados.

Tomei, então, a iniciativa de contratar firma de notória especialidade para um levantamento dos danos apresentados. A firma escolhida foi a Engedata—Engenharia Estrutural, que ofereceu um minucioso laudo, detectando rachaduras na cúpula do Edifício, causadora de vasamentos e, pior ainda, com desprendimento de chapas de alumínio, a ponto de ameaçar a incolumidade de transeuntes e servidores do Judiciário, bem como outros danos na cobertura do prédio.

Também foram apontadas fissuras em beirais, colunas e nas bases do conjunto de estátuas. O laudo concluiu relacionando os tipos de serviços a serem executadas, para enfrentar tais problemas.

De imediato fiz publicar Edital de Tomada de Preços para execução das obras necessárias àquelas restaurações e serão apresentados os expedientes normais

para a contratação dos serviços com a firma vencedora. Será um investimento inadável, para contornar inconvenientes, que, como foi acentuado, trazem riscos a pessoas e ameaçam a um patrimônio artístico e histórico de que Pernambuco se orgulha. Todo o processamento de contratação dos serviços de verificação dos danos e da licitação aludida, estiveram sob responsabilidade e orientação da Comissão Permanente de Licitação e da Assessoria Jurídica da Presidência.

A oficialização dos Ofícios de Justiça, velha aspiração de nossos serventuários e do Poder Judiciário, mereceu da Presidência constante atenção e foram ativados os estudos sobre a solução a ser sugerida ao Poder Executivo. As dificuldades da matéria não permitiram a conclusão do acurado exame determinado, mas já está em sua fase final, para apresentação do respectivo Ante-Projeto de Lei.

Finalmente, consigno neste relatório os meus agradecimentos a quantos me ajudaram no cumprimento de minha missão. Destaco a colaboração dos bachareis Lucílio Neves e Reinaldo Câmara, que exerceram as funções de Secretário do Tribunal, do Chefe de Gabinete e dos Diretores de Departamento, uns com exercício efetivo e outros por mim nomeados em comissão, todos dedicados e cônscios de suas responsabilidades e que polarizaram, em seus respectivos setores, o trabalho dos servidores deste Tribunal, os quais, em sua quase totalidade, prestaram inestimáveis serviços que é justo testemunhar e agradecer.

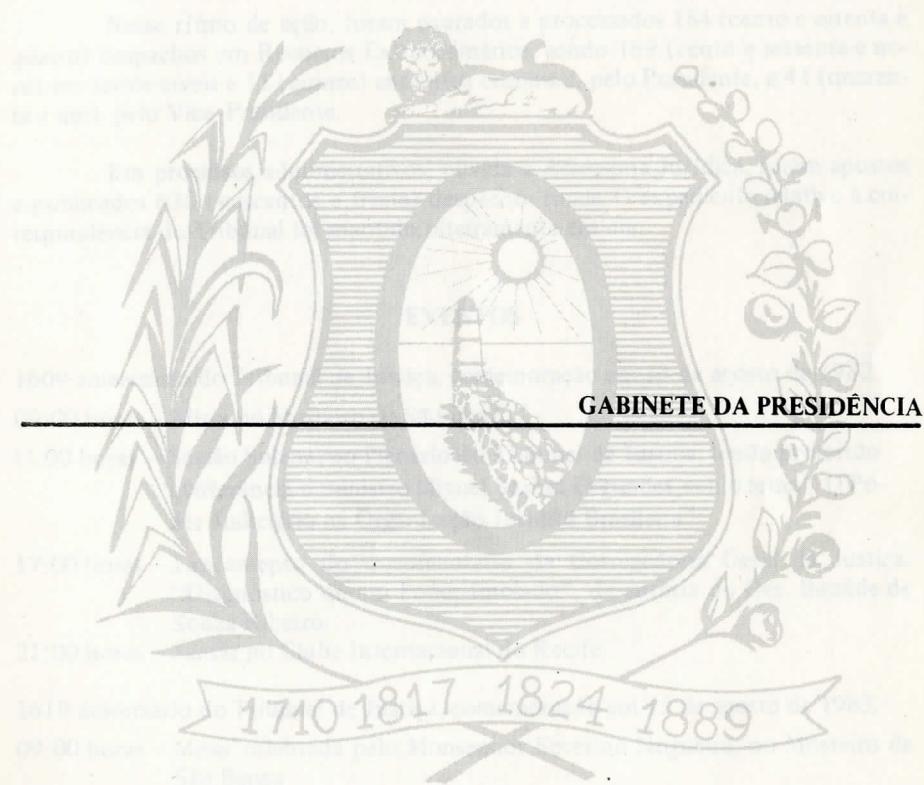
Ao novo Presidente, eminentíssimo Desembargador Benildes de Souza Ribeiro, desejo os melhores êxitos em sua gestão, certo de que não lhe faltará, como a mim não faltou, o necessário ânimo de pugnar pela crescente melhoria da prestação jurisdicional em nosso Estado e pelo prestígio e independência do Poder Judiciário.

Recife, 31 de janeiro de 1984

Atenciosamente,

a) GABRIEL LUCENA CAVALCANTI

A Presidência, durante o biênio, contou com eficiente e dedicada colaboração dos servidores que atuaram em seu Gabinete e que estimou seu feito de trabalho e profissionalismo com a plena de admiração que lhe é devida.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

01-09-1983 - Sessão Solene no Plenário do Tribunal de Justiça, comemorando o 160º aniversário da fundação do Poder Judiciário de Pernambuco.
01-09-1983 - Missa celebrada pelo Pe. José Nogueira, no Mosteiro de São Bento.
01-09-1983 - Lançamento do livro "Uma Corte de Justiça do Império - O Tribunal em Relação de Pernambuco", de autoria do Des. José Ferraz Ribeiro do Valle.

A Presidência, durante o biênio, contou com eficiente e dedicada colaboração dos servidores lotados em seu Gabinete, o que permitiu um fluxo de trabalho compatível com a plethora de atividades que lhe são afetas.

Nesse ritmo de ação, foram exarados e processados 184 (cento e oitenta e quatro) despachos em Recursos Extraordinários, sendo 169 (cento e sessenta e nove) em feitos cíveis e 15 (quinze) em feitos criminais, pelo Presidente, e 41 (quarenta e um), pelo Vice-Presidente.

Em processos administrativos, ouvida a Assessoria Jurídica, foram apostos e publicados 630 (seiscentos e trinta) despachos finais. O expediente relativo à correspondência do Tribunal foi mantido inteiramente em dia.

EVENTOS

160º aniversário do Tribunal de Justiça, comemoração em 13 de agosto de 1982.

09:00 horas – Missa no Mosteiro de São Bento

15:00 horas – Sessão Solene, no Plenário do Tribunal de Justiça, tendo proferido conferência o ministro Miguel Seabra Fagundes, sob o tema “O Poder Judiciário na Organização Jurídica Brasileira”

17:00 horas – Lançamento do documentário da Corregedoria Geral da Justiça, “Diagnóstico de um Poder Imolado”, de autoria do Des. Benilde de Souza Ribeiro.

21:00 horas – Jantar no Clube Internacional do Recife.

161º aniversário do Tribunal de Justiça, comemoração em 15 de agosto de 1983.

09:00 horas – Missa celebrada pelo Monsenhor Severino Nogueira, no Mosteiro de São Bento

15:00 horas – Sessão Solene, no Plenário do Tribunal de Justiça, quando proferiu conferência o Prof. Sylvio Neves Baptista.

17:00 horas – Lançamento do livro “Uma Corte de Justiça do Império – O Tribunal em Relação de Pernambuco”, de autoria do Des. José Ferraz Ribeiro do Valle.

01-09-1983 – Lançamento do livro “Palavras & Posições, de autoria do Procurador Dr. Waldemir Oliveira Lins, no Salão Nobre do Palácio da Justiça.

- 19-09-1983 – Sessão Solene em homenagem à memória do Des. José Neves Filho, na passagem do centenário do seu nascimento.
- 17-10-1983 – Palestra do Prof. José Lourenço de Lima, no Plenário do Tribunal de Justiça, sob o tema “A Língua que Falamos e Escrevemos”.
- 23-12-1983 – Sessão Solene de Encerramento do Ano Judiciário de 1983. Posse do Des. Mauro Jordão de Vasconcelos e palestra do Monseñhor Severino Nogueira.

Em 25 de agosto de 1983, foi o Presidente, Des. Gabriel Lucena Cavalcanti, admitido no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Oficial, no QG do IV Exército.

25-08-1983 – Des. Gabriel Lucena Cavalcanti, Presidente do Tribunal, foi admitido no Corpo de Graduados Especiais da Ordem do Mérito Militar, no Grau de Oficial, no QG do IV Exército.

SOTER

12-09-1983 – Des. José Neves Filho, Presidente do Tribunal, celebrou o seu 70º aniversário. Foi realizada uma missa solene na Igreja São Francisco de Assis, às 10:00 horas, presidida pelo Pe. José Antônio Góes, com a participação de autoridades civis e militares. A missa contou com a participação de 150 pessoas. O presidente do Tribunal, Dr. José Neves Filho, fez um discurso de congratulação ao aniversariante, destacando sua longa e dedicada carreira jurídica.

17-09-1983 – Lançamento da revista “Soter”, publicação da Faculdade de Direito da UFPE, no auditório do Tribunal, às 19:00 horas. A revista é editada pela Faculdade de Direito da UFPE, com o objetivo de promover a discussão e a reflexão sobre temas relevantes para a área jurídica.

19-09-1983 – Des. José Neves Filho, Presidente do Tribunal, celebrou o seu 70º aniversário. Foi realizada uma missa solene na Igreja São Francisco de Assis, às 10:00 horas, presidida pelo Pe. José Antônio Góes, com a participação de autoridades civis e militares. A missa contou com a participação de 150 pessoas. O presidente do Tribunal, Dr. José Neves Filho, fez um discurso de congratulação ao aniversariante, destacando sua longa e dedicada carreira jurídica.

19-09-1983 – Des. José Neves Filho, Presidente do Tribunal, celebrou o seu 70º aniversário. Foi realizada uma missa solene na Igreja São Francisco de Assis, às 10:00 horas, presidida pelo Pe. José Antônio Góes, com a participação de autoridades civis e militares. A missa contou com a participação de 150 pessoas. O presidente do Tribunal, Dr. José Neves Filho, fez um discurso de congratulação ao aniversariante, destacando sua longa e dedicada carreira jurídica.

Des. José Neves Filho

Dr. José Neves

Des. Mauro Jordão

Dr. Mário Pacheco

Prof. José Lourenço

Prof. Neves Filho

Dr. André Góes

Dr. Doutor

Dr. Henrique

VISITAS RECEBIDAS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
NOS ANOS DE 1982 E 1983

Dr. Henrique

Dr. Gustavo Krause, Prefeito da Cidade do Recife

Dr. José Ramos, Governador do Estado

Deputado Cintra Galvão

Deputado José Tinoco Machado de Albuquerque

Clodoaldo Bezerra Jônates, Prefeito do Município de Águas Belas

Ministro Marco Aurélio Prates de Macedo, Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho

Dr. Sérgio Higino, Secretário da Segurança Pública

Cel. Stanley Fortes, Presidente da EMTU

Comitiva do Lions Clube, à frente o Cel. Walter Benjamin

Dr. Arthur Pio dos Santos Neto, Secretário da Justiça

Dr. Antoine Robert El-Dahdah

Senador Marcos Freire

Dr. Cid Sampaio

Dr. Fernando Coelho

Dr. Sílvio Pessoa

Magistrados Carlos Vitor Maranhão de Loyola e Tadeu Marino Loyola Costa, do Estado do Paraná, integrantes da Comissão de Organização do IX Congresso Brasileiro de Magistrados

Gen. Énio Gouvêa dos Santos, Comandante do IV Exército

Dr. José Artur Latache

Dr. Edward Torre, Cônsul dos Estados Unidos

Drs. José Rivaldo Pacheco e José Calmon de Souza Teixeira, Diretores do Banco Econômico da Bahia

Gen. Heitor Furtado Arnizaut de Matos, Comandante do IV Exército

Ministro Washington Bolívar, do Tribunal Federal de Recursos, acompanhado dos Drs. Adauto José de Melo, Orlando Cavalcanti Neves, Juízes Federais

Ministro Seabra Fagundes, acompanhado do Dr. Paulo Cavalcanti, Promotor Público.

Cel. Walter Benjamin, Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco

Des. José Ribas, do Estado do Rio Grande do Sul, em companhia do Gen. Heitor Furtado Arnizaut de Matos

Dr. Roberto Magalhães Melo, Governador do Estado

Dr. José Duarte, Advogado do Estado do Ceará

Sr. Murilo Lagreca, pintor

Dr. Wladimir Pcheruycheve, Embaixador da Rússia

Diplomata Shiam Sunder Nath, Embaixador da Índia

Dr. Emílio Cesar Savi, Cônsul da Bélgica

Brigadeiro Fred Dalia Hoffmann, Comandante do II COMAR

Dr. Hugo Caminos, Embaixador da República Argentina, acompanhado do Ministro Oscar Galié, Cônsul da República Argentina e do Dr. Juan José Arias Uriburu, Ministro Conselheiro da República Argentina

Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, Secretário Geral do Ministério da Desburocratização

Dr. Luiz da Costa Carvalho Neto, Advogado militante no Foro de Brasília-DF

Sra. Graça Lacet, acompanhada da Sra. Maria Irene Maranhão

Ministro Djaci Alves Falcão, do Supremo Tribunal Federal

Bel. Antonio Moura, acompanhado de Vereadores do Município de Águas Belas

Des. Antonio Carlos Alves Braga, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Sr. Valdemir Aquino de Freitas, Prefeito do Município de Sanharó

Dr. Kuniyoshi Date, Embaixador do Japão

Gen. Jorge Sá Freire de Pinho, Comandante do IV Exército

Dr. Martin Kofod, Embaixador da Dinamarca

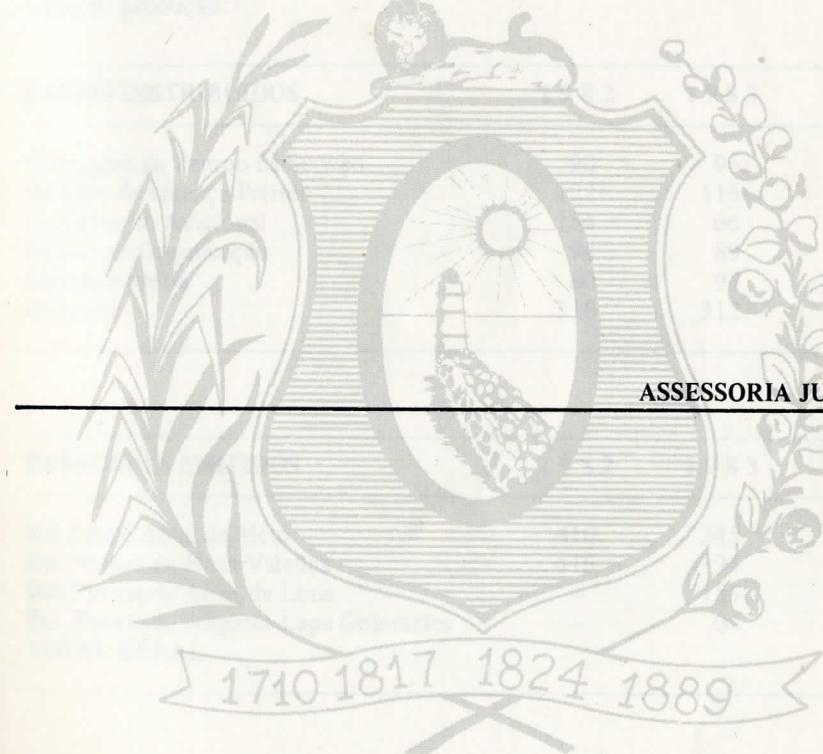
Ministro Esdras Gueiros, acompanhado do Dr. Pelágio Silveira

Des. Manoel José Pereira da Silva, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Dr. José Josino da Costa, Advogado militante no Estado do Ceará

Dr. Eliahu Tabori, Cônsul Geral de Israel

Dr. Bernard Kalsheuer, Cônsul da Alemanha



ASSESSORIA JURÍDICA

Durante o biênio, a Assessoria Jurídica, sob a chefia do Bel. André Alves de Melo, desincumbiu-se a contento de suas importantes funções, apresentando a seguinte produção:

FEITOS DISTRIBUÍDOS	1982	1983	Total
Contagem de Tempo de Serviço	90	96	186
Pedidos de Licença-Prêmio	122	115	237
Gratificação Adicional	154	66	220
Pedido de Gratificação	94	89	183
Salário-Família	80	97	177
Diversos	318	312	630

PARECERES EMITIDOS	1982	1983	Total
Bel André Alves de Melo	410	345	755
Bel. Wilson da Mota Valença	416	194	610
Bel. Fernando Alves de Lima	—	185	185
Bel. Fernando Augusto Lapa Guimarães	—	04	04
TOTAL GERAL			1.554

OFÍCIOS EXPEDIDOS	1982	1983	Total
	10	07	17

A Assessoria contou com a colaboração dos seguintes Assessores: Bacharéis André Alves de Melo, Wilson Mota Valença, Fernando Augusto Lapa Guimarães, Fernando Alves de Lima, Virgílio Marques Carneiro Leão, Reinaldo Dornelas Câmara e Eleonora de Souza Luna.

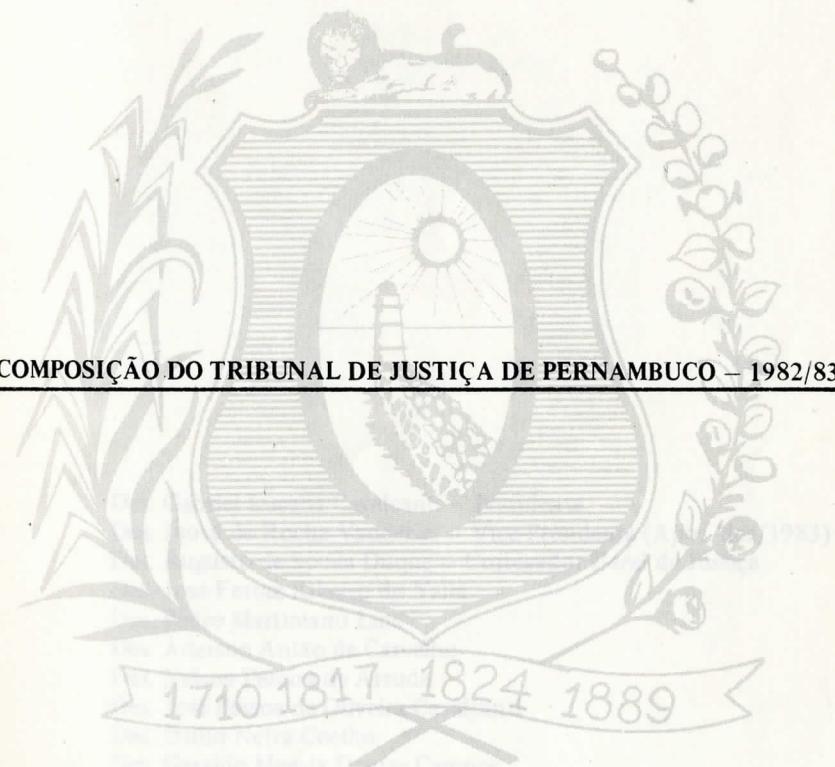
Durante o biênio, a Assessoria Jurídica, sob a chefia do Bel. André Alves de Melo, desincumbiu-se a contento de suas importantes funções, apresentando a seguinte produção:

FEITOS DISTRIBUÍDOS	1 9 8 2	1 9 8 3	T o t a l
Contagem de Tempo de Serviço	90	96	186
Pedidos de Licença-Prêmio	122	115	237
Gratificação Adicional	154	66	220
Pedido de Gratificação	94	89	183
Salário-Família	80	97	177
Diversos	318	312	630

PARECERES EMITIDOS	1 9 8 2	1 9 8 3	T o t a l
Bel André Alves de Melo	410	345	755
Bel. Wilson da Mota Valença	416	194	610
Bel. Fernando Alves de Lima	—	185	185
Bel. Fernando Augusto Lapa Guimarães	—	04	04
TOTAL GERAL			1.554

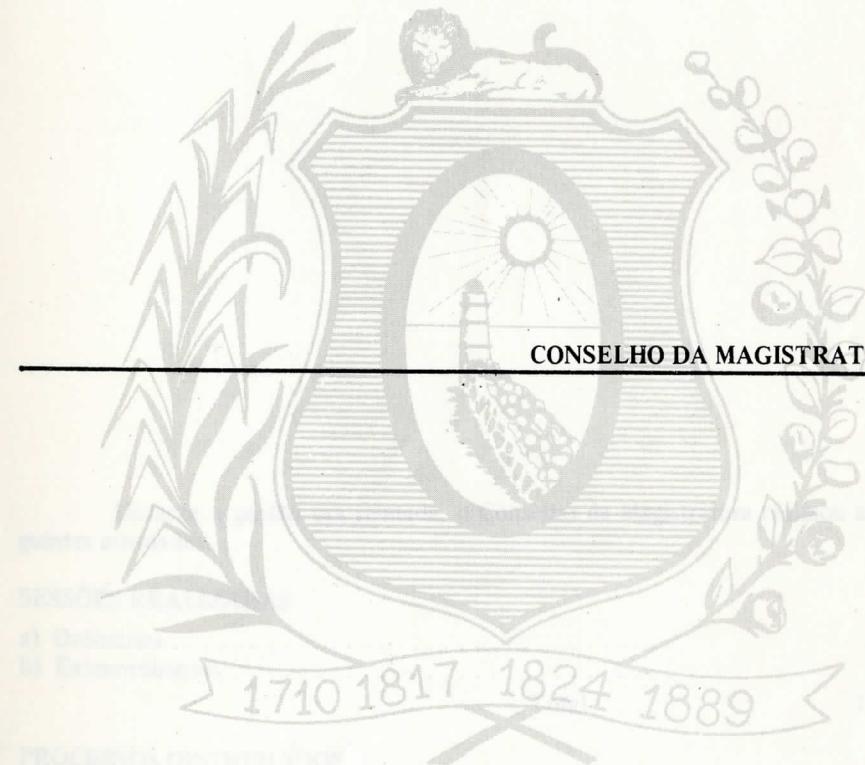
OFÍCIOS EXPEDIDOS	1 9 8 2	1 9 8 3	T o t a l
	10	07	17

A Assessoria contou com a colaboração dos seguintes Assessores: Bacharéis André Alves de Melo, Wilson Mota Valença, Fernando Augusto Lapa Guimarães, Fernando Alves de Lima, Virgílio Marques Carneiro Leão, Reinaldo Dornelas Câmara e Eleonora de Souza Luna.



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – 1982/83

Des. Gabriel Lucena Cavalcanti – Presidente
Des. Jeová da Rocha Vanderlei – Vice-Presidente (Apos. dez/1983)
Des. Augusto de Souza Duque – Corregedor Geral da Justiça
Des. José Ferraz Ribeiro do Valle
Des. Pedro Martiniano Lins
Des. Aderson Antão de Carvalho
Des. Nelson Pereira de Arruda
Des. José Pessoa de Oliveira Cavalcanti
Des. Otfílio Neiva Coelho
Des. Geraldo Magela Dantas Campos
Des. Agamenon Duarte Lima – (Apos. em dez/1983)
Des. Pedro Ribeiro Malta
Des. João Batista Guerra Barreto (Falecido em out/1983)
Des. Benildes de Souza Ribeiro
Des. Cláudio Américo de Miranda – Corregedor Geral da Justiça em 1982
Des. Jarbas Fernandes Cunha
Des. Mauro Jordão de Vasconcelos
Des. Demócrita Ramos Reinaldo



CONSELHO DA MAGISTRATURA

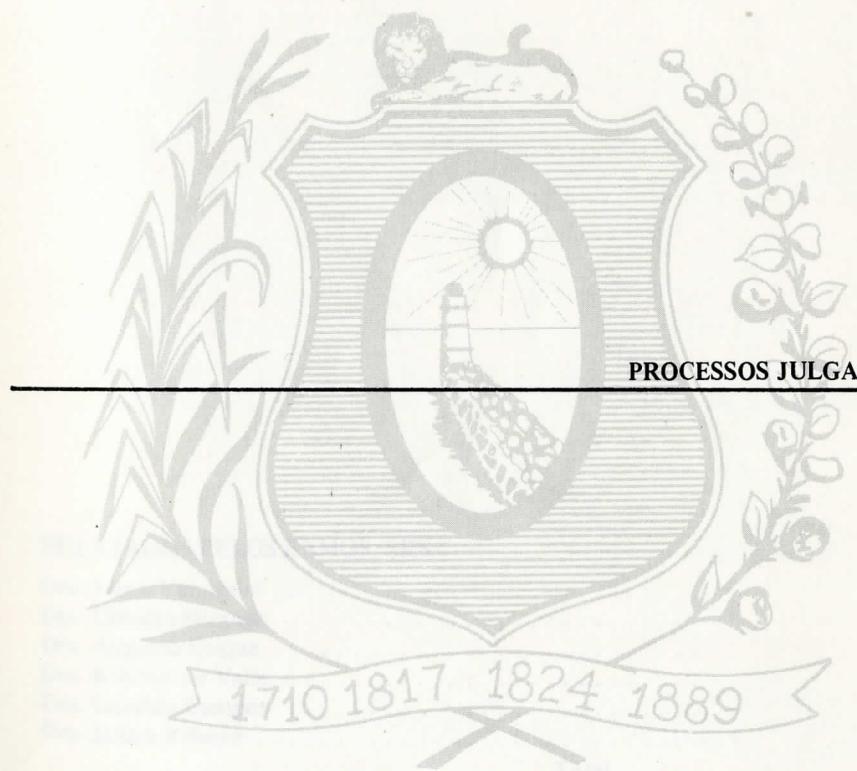
Durante a gestão ora relatada, o Conselho da Magistratura realizou as seguintes atividades:

SESSÕES REALIZADAS

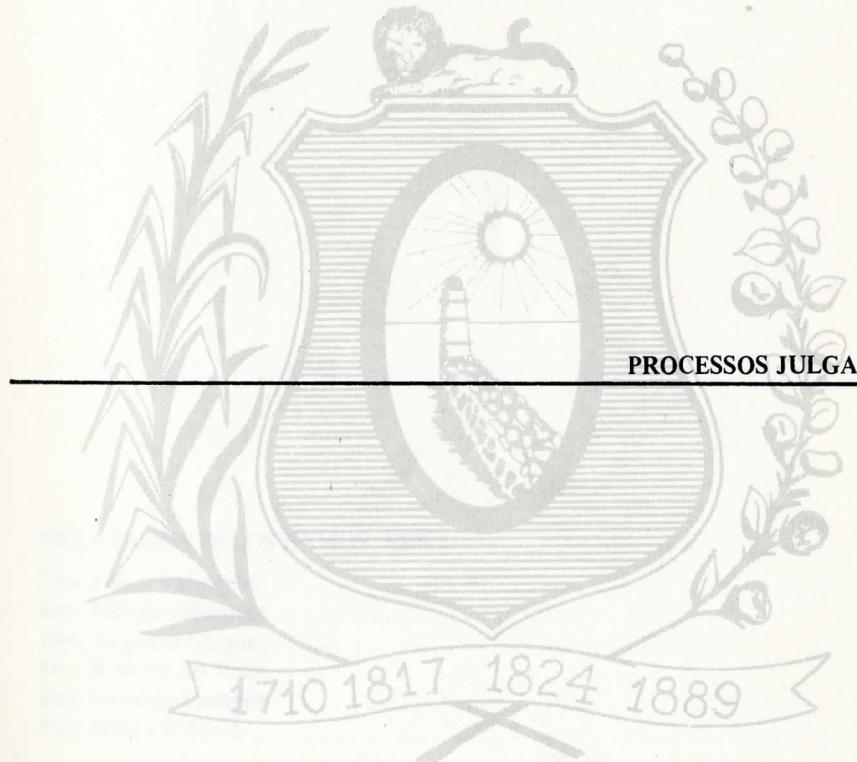
a) Ordinárias	36
b) Extraordinárias	71
Total	107

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Ao Des. Jeová Vanderlei	193
Ao Des. Cláudio Miranda	133
Ao Des. Augusto Duque	96
Ao Des. Ribeiro do Valle	15
Ao Des. Geraldo Campos	229
Ao Des. Souza Ribeiro	228
Total	894



PROCESSOS JULGADOS



PROCESSOS JULGADOS

RELATADOS PELOS EXMOS. SRS.:

Des. Jeová Vanderlei	203
Des. Cláudio Miranda	145
Des. Augusto Duque	83
Des. Ribeiro do Valle	01
Des. Geraldo Campos	292
Des. Souza Ribeiro	258
Total	982

SECRETARIA

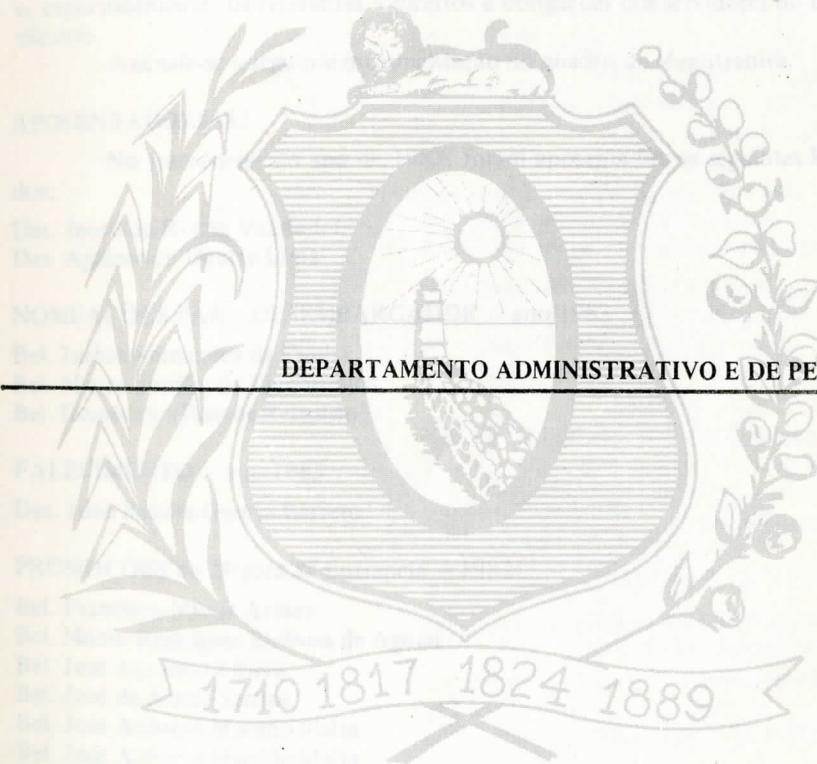
Ofícios recebidos	499
Ofícios expedidos	1.236
Ofícios circulares	5
Telegramas recebidos	68
Telegramas expedidos	4
Editais publicados	85

RELATADOS PELOS EXMOS. SRS.:

Des. Jeová Vanderlei	203
Des. Cláudio Miranda	145
Des. Augusto Duque	83
Des. Ribeiro do Valle	01
Des. Geraldo Campos	292
Des. Souza Ribeiro	258
Total	982

SECRETARIA

Ofícios recebidos	499
Ofícios expedidos	1.236
Ofícios circulares	5
Telegramas recebidos	68
Telegramas expedidos	4
Editais publicados	85



DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE PESSOAL

Correto o desempenho do Departamento Administrativo e de Pessoal, pelo controle eficiente e atualizado de toda a movimentação dos quadros de pessoal efetivo e contratado deste Tribunal, bem como da Magistratura em todo o Estado, atividade em que se incluiu a normal tramitação de todos os processos administrativos e, especificamente, os referentes a direitos e obrigações dos servidores do Poder Judiciário.

Assinale-se a seguinte movimentação no quadro da Magistratura:

APOSENTADORIAS:

No transcorrer do ano de 1983, foram aposentados os seguintes Magistrados:

Des. Jeová da Rocha Vanderlei
Des. Agamenon Duarte Lima

NOMEAÇÕES PARA DESEMBARGADOR – ano 1983

Bel. Jarbas Fernandes da Cunha
Bel. Mauro Jordão de Vasconcelos
Bel. Demórcito Ramos Reinaldo

FALECIMENTO – ano 1983

Des. João Batista Guerra Barreto

PROMOÇÕES de 2^a para 3^a Entrância – 1982:

Bel. Francisco Muniz Arraes
Bel. Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar
Bel. José Agripino e Silva
Bel. José de Abreu Santos
Bel. José Antonio Macêdo Malta
Bel. José Antonio Macêdo Malta
Bel. Dilnae Pinheiro da Silveira Borba
Bel. Aurelio Muniz Freire
Bel. Adalberto Pereira Lopes

PROMOÇÕES de 2^a para 3^a Entrância – 1983:

Bel. Joaquim Rodrigues de Castro
Bel. Antonio de Pádua Carneiro Camarotti
Bel. Antonio Martins Veras

PROMOÇÕES de 1^a para 2^a Entrância – 1982:

Bel. Aquino de Farias Reis
Bel. Rivadávia Brayner de Melo Rangel
Bel. José Saraiva de Macedo
Bel. João de Oliveira
Bel. Leopoldo de Arruda Raposo
Bel. Antonio de Oliveira e Silva
Bel. Petrúcio Roberto Tobias Granja
Bel. Luiz Carlos da Cunha Mariz
Bel. Josias Horácio da Silva
Bel. Marcílio de Sampaio Carvalho
Bel. Sóocrates Otávio de França e Silva
Bel. Marco Antonio Cabral Maggi
Bel. Valter Gomes de Melo
Bel. Antenor Cardoso Soares Junior
Bel. José Vital Bezerra Galindo
Bel. João Bosco Gouveia de Melo
Bel. Dorgival de Verçosa Lima
Bel. Alexandre Gadelha Malta de Moura
Bel. Gil Buarque da Fonseca
Bel. José Fernandes de Lemos
Bel. José Gentil Pessoa Bezerra

PROMOÇÕES de 1^a para 2^a Entrância – 1983:

Bel. Francisco Eudes Ramos de Araújo Lima
Bel. Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes
Bel. Dâmcocles Virgílio Leite do Amaral
Bel. Marcelo Márcio Cardoso Fernandes
Bel. José Alves de Queiroz
Bel. Clodoaldo Bezerra de Souza e Silva
Bel. Adalberto de Oliveira Melo
Bel. Eriberto Gouveia de Barros Lima
Bel. Milton José Neves

REMOÇÕES de 3^a Entrância – 1982:

Bel. Antonio de Barros e Silva
Bel. Etério Ramos Galvão Filho
Bel. Valdir Barbosa

REMOÇÕES de 3^a Entrância – 1983:

Bel. Amaro José de Araújo
Bel. Francisco Muniz Arraes
Bel. Célio de Castro Montenegro

REMOÇÕES de 3^a Entrância – 1982:

Bel. Antonio de Barros e Silva
Bel. Etério Ramos Galvão Filho
Bel. Valdir Barbosa

REMOÇÕES de 3^a Entrância – 1983

Bel. Amaro José de Araújo
Bel. Francisco Muniz Arraes
Bel. Célio de Castro Montenegro

REMOÇÕES de 2^a Entrância – 1983:

Bel. José Fernandes de Lemos
Bel. Leopoldo de Arruda Raposo
Bel. João Bosco Gouveia de Melo

REMOÇÕES de 1^a Entrância – 1982:

Bel. Márcio de Albuquerque Xavier
Bel. Eloy de Almeida Lins
Bel. Pedro Pedrosa de Oliveira Melo
Bel. Vânio Fox
Bela. Magui Lins Azevedo

REMOÇÕES de 1^a Entrância – 1983:

Bel. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes
Bel. Roberto Ferreira Lins
Bel. José Roberto Lagranha Távora
Bel. Antonio Fernando de Araújo Martins
Bel. Silvio Roberto Pessoa de Resende
Bel. Antonio Medeiros de Souza
Bel. Ives Miranda Mayal
Bel. Fernando Barbosa Pinto
Bel. Alberto Nogueira Virginio

APOSENTADORIAS de 2^a Entrâncias – 1983:

Bel. José Gomes de Freitas
Bel. José Alencar da Costa Araújo
Bel. Jader Jordão de Vasconcelos
Bel. Edmundo Jordão de Vasconcelos Sobrinho
Bel. Luiz Gonzaga Padilha
Bel. Aécio José Maranhão da Fonte

APOSENTADORIAS de 3^a Entrância – 1983:

Bel. José Foerster
Bel. José Xavier de Moraes
Bel. Rômulo Gomes Falcão
Bel. Múcio Rodrigues Barbosa de Aguiar
Bel. José Agripino e Silva
Bel. José de Abreu Santos
Bel. Dilnae Pinheiro da Silveira Borba
Bel. Aurelio Muniz Freire
Bel. Leonísio Lopes de Almeida
Bel. Adalberto de Oliveira Melo

FALECIMENTO de 2ª Entrância – 1982:

Bel. Arlindo de Barros Correia

NOMEAÇÕES – 1982:

Bel. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

Bel. Cladisson Ferreira Pinto

Bel. Marcelo Márcio Cardoso Fernandes

Bel. Eduardo Augusto Paurá Peres

Bel. Waldemir Pinheiro Banja

Bel. Roberto Ferreira Lins

Bel. Nivaldo Mulatinho Medeiros Correia Filho

Bel. José Roberto Lagranha Távora

Bel. Gerson Venâncio de Carvalho

Bel. Ronaldo Barros Notaro

Bel. Antonio Fernando Araújo Martins

Bel. Fernando Barbosa Pinto

Bel. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Bel. Ives Miranda Mayal

NOMEAÇÕES – 1983

Bel. Eurico Lopes de Andrade

Bel. Josué Antonio Fonseca de Sena

Bel. Alberto Nogueira Virginio

Bel. Solon Otávio de França

Bel. José Carlos Patriota Malta

Bel. Romão Ulisses Sampaio

Bel. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Bel. Paulo Romero de Sá Araújo

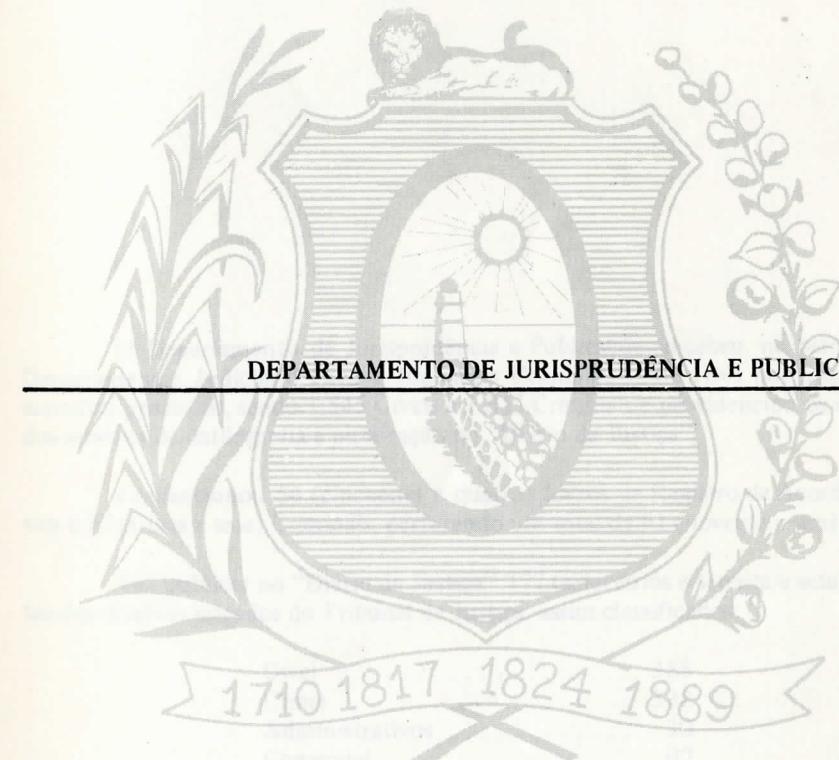
Bel. Max Medeiros

Bel. Evani Estevão de Barros

Bel. Flávio Pessoa Souto Maior

Bel. Severino Coutinho da Silva

Bel. José Valdemir de Oliveira Chaves



DEPARTAMENTO DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES

Ministério Federal
Tribunal Federal
Tribunal Federal de Recursos

Este documento, assinado por Grupo de Testemunha, é destinado para fins de uso interno, com exceção da parte de Autenticação, que deve ser utilizada para fins de certificação de autenticidade, e deve ser assinado por Grupo de Testemunha, para fins de uso interno, com exceção da parte de Autenticação, que deve ser utilizada para fins de certificação de autenticidade.

O Departamento de Jurisprudência e Publicações recebeu, no biênio, dos Departamentos Judiciário Civil e Judiciário Criminal, 3.360 (três mil trezentos e sessenta) processos, sendo 1.545 Cíveis e 1.815 Criminais e providenciou os adequados serviços de datilografia e publicação no "Diário da Justiça".

Confeccionou 54 (cincoenta e quatro) Livros de Registro de Acordãos Cíveis e 37 (trinta e sete) Criminais, perfazendo um total de 91 (noventa e um) livros.

Fez publicar no "Diário da Justiça" 777 (setecentos e setenta e sete) emendas dos diversos julgados do Tribunal de Justiça, assim classificados:

Cível	385
Crime	338
Administrativos	30
Comercial	07
Constitucional	01
Tributário	16

777

Supremo Tribunal Federal 29
 Tribunal Federal de Recursos 01

Foi concluída, por Grupo de Trabalho instituído pela Presidência, a confecção do “Ementário de Jurisprudência”, período 1979/1982, e a elaboração do “Arquivo Forense”, período 1979/1980, para as respectivas publicações.

O Departamento de Jurisprudência e Publicações recebeu, no biênio, dos Departamentos Judiciário Civil e Judiciário Criminal, 3.360 (três mil trezentos e sessenta) processos, sendo 1.545 Cíveis e 1.815 Criminais e providenciou os adequados serviços de datilografia e publicação no "Diário da Justiça".

Confeccionou 54 (cincoenta e quatro) Livros de Registro de Acordões Cíveis e 37 (trinta e sete) Criminais, perfazendo um total de 91 (noventa e um) livros.

Fez publicar no "Diário da Justiça" 777 (setecentos e setenta e sete) emendas dos diversos julgados do Tribunal de Justiça, assim classificados:

Cível	385
Crime	338
Administrativos	30
Comercial	07
Constitucional	01
Tributário	<u>16</u>
	777

Supremo Tribunal Federal 29
Tribunal Federal de Recursos . . . 01

Foi concluída, por Grupo de Trabalho instituído pela Presidência, a confecção do “Ementário de Jurisprudência”, período 1979/1982, e a elaboração do “Arquivo Forense”, período 1979/1980, para as respectivas publicações.

O Departamento de Jurisprudência e Publicações recebeu, no biênio, dos Departamentos Judiciário Civil e Judiciário Criminal, 3.360 (três mil trezentos e sessenta) processos, sendo 1.545 Cíveis e 1.815 Criminais e providenciou os adequados serviços de datilografia e publicação no "Diário da Justiça".

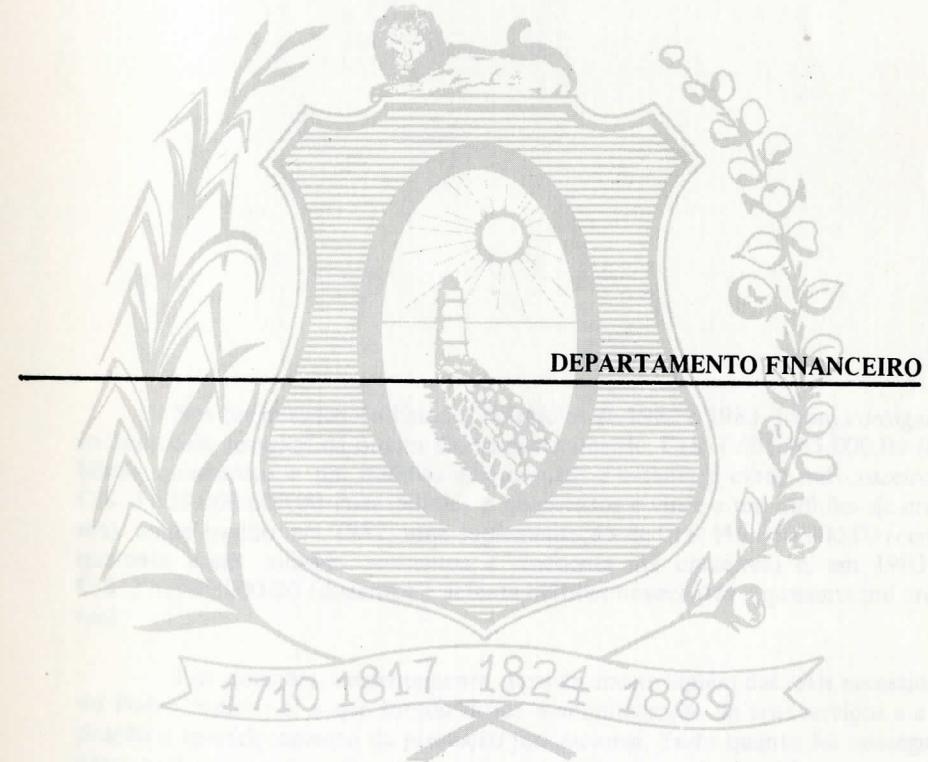
Confeccionou 54 (cincoenta e quatro) Livros de Registro de Acordões Cíveis e 37 (trinta e sete) Criminais, perfazendo um total de 91 (noventa e um) livros.

Fez publicar no “Diário da Justiça” 777 (setecentos e setenta e sete) emendas dos diversos julgados do Tribunal de Justiça, assim classificados:

Cível	385
Crime	338
Administrativos	30
Comercial	07
Constitucional	01
Tributário	<u>16</u>

Supremo Tribunal Federal 29
 Tribunal Federal de Recursos 01

Foi concluída, por Grupo de Trabalho instituído pela Presidência, a confecção do “Ementário de Jurisprudência”, período 1979/1982, e a elaboração do “Arquivo Forense”, período 1979/1980, para as respectivas publicações.



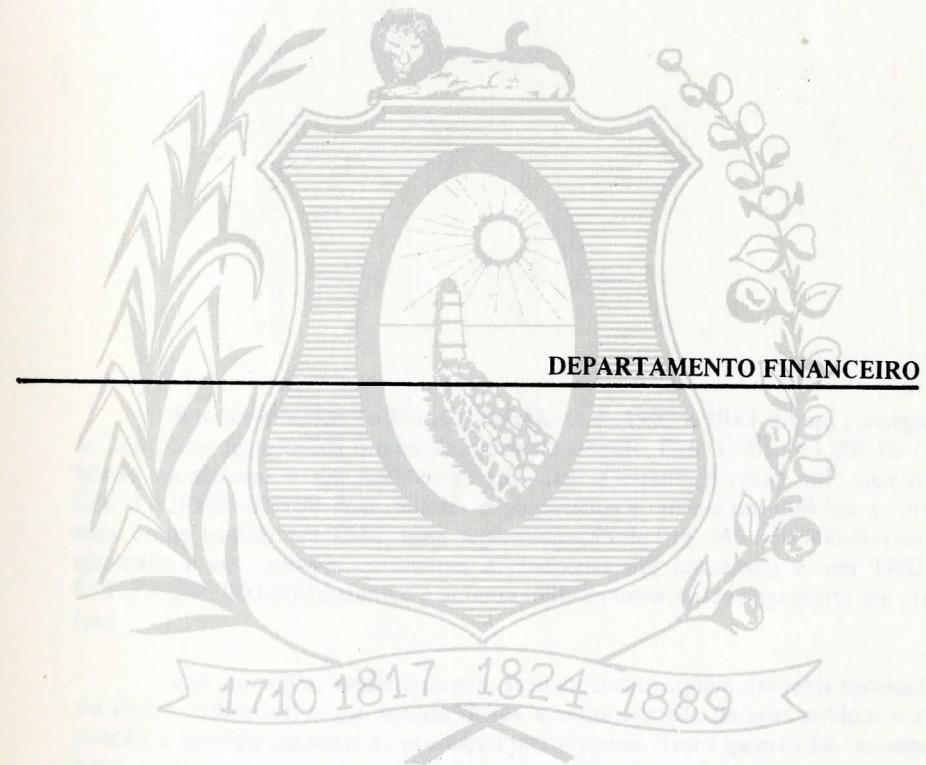
O Departamento das Finanças e Tributação, que
Departamentos federais Civil e Marinha, 7. 890 (que tinham o
mesmo) processos, entre 1745 e 1813, quando a transferência de sede
dos serviços de desligou a propriedade do "Dízimo da Igreja".

Contabilidade e Contabilidade e direitos) Fazenda da Região da Arredade (C.
nº 57 (títulos e etc) Criminosos, besteiros, roubados em total de 81 (doze) reais
e os bens da Igreja da Paróquia, 1753, seleção a setor de seis) entre
os que devem juntar-se ao Tribunal da Fazenda, assim classificadas:

222	Outras contas
318	Crimes e besteiros
30	Administradores
20	Comercio
10	Contabilidade
7	Tributação
1	Outras contas

25	Santos Triunhos Federais
10	Tribunal Federal de Recursos

Por conciliação, por Conselho de Fazenda ministerio das Finanças e contas
de "Empréstimo de capitalização", batizado 1870, e a operação do "An
dado Financeiro", batizado 1900, para a respectiva liquidação.



DEPARTAMENTO FINANCEIRO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Nos orçamentos do Estado, exercícios de 1982 e 1983, foram consignados ao Judiciário recursos da ordem de, respectivamente, Cr\$ 1.501.785.000,00 (hum bilhão quinhentos e um milhões e setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 3.521.000.000,00 (três bilhões e quinhentos e vinte e um milhões de cruzeiros), tendo havido, em 1982, uma suplementação de Cr\$ 146.650.000,00 (cento e quarenta e seis milhões seiscentos e cinquenta mil cruzeiros) e, em 1983, de Cr\$ 270.940.000,00 (duzentos e setenta milhões novecentos e quarenta mil cruzeiros).

Tais dotações, evidentemente, ficaram muito aquém das reais necessidades do Poder Judiciário, o que tornou difícil a administração de seus serviços e a ampliação e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Tudo quanto foi conseguido, nesse particular, exigiu de seus executores redobrados esforços. Muitas metas programadas restaram sem execução, à falta de recursos, malgrado as diligências feitas para obtenção de melhores dotações. Tal situação evidencia os reflexos, sobre o Judiciário, da grave crise econômica que desarvora todo o país e, especialmente, as unidades federadas do Nordeste. Por outro lado, indica que na política financeira da grande maioria dos Estados brasileiros o Poder Judiciário não tem merecido um tratamento justo e equânime.

Os quadros que se seguem demonstram o movimento orçamentário e financeiro dos dois exercícios aludidos:

EXERCÍCIO FISCAL	VALOR DA DOTAÇÃO	VALOR DA EXECUÇÃO	VALOR DA SUPLEMENTAÇÃO	VALOR DA RESERVA
1982	Cr\$ 1.501.785.000,00	Cr\$ 1.346.650.000,00	Cr\$ 146.650.000,00	Cr\$ 150.940.000,00
1983	Cr\$ 3.521.000.000,00	Cr\$ 3.251.940.000,00	Cr\$ 270.940.000,00	Cr\$ 300.000.000,00
RESUMO				
EXECUÇÃO	Cr\$ 2.700.000.000,00	Cr\$ 2.700.000.000,00		
DOTAÇÃO	Cr\$ 3.521.000.000,00	Cr\$ 3.251.940.000,00	Cr\$ 270.940.000,00	
RESERVA	Cr\$ 300.000.000,00	Cr\$ 300.000.000,00		
SUPLEMENTAÇÃO	Cr\$ 146.650.000,00	Cr\$ 146.650.000,00		
VALOR TOTAL	Cr\$ 3.521.000.000,00	Cr\$ 3.251.940.000,00	Cr\$ 270.940.000,00	Cr\$ 300.000.000,00

DEPARTMENT OF ENERGY

Nos orçamentos do Estado, exercícios de 1982 e 1983, foram consignados ao Judiciário recursos da ordem de, respectivamente, Cr\$ 1.501.785.000,00 (hum bilhão quinhentos e um milhões e setecentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 3.521.000.000,00 (três bilhões e quinhentos e vinte e um milhões de cruzeiros), tendo havido, em 1982, uma suplementação de Cr\$ 146.650.000,00 (cento e quarenta e seis milhões seiscentos e cinqüenta mil cruzeiros) e, em 1983, de Cr\$ 270.940.000,00 (duzentos e setenta milhões novecentos e quarenta mil cruzeiros).

Tais dotações, evidentemente, ficaram muito aquém das reais necessidades do Poder Judiciário, o que tornou difícil a administração de seus serviços e a ampliação e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Tudo quanto foi conseguido, nesse particular, exigiu de seus executores redobrados esforços. Muitas metas programadas restaram sem execução, à falta de recursos, malgrado as diligências feitas para obtenção de melhores dotações. Tal situação evidencia os reflexos, sobre o Judiciário, da grave crise econômica que desarvorava todo o país e, especialmente, as unidades federadas do Nordeste. Por outro lado, indica que na política financeira da grande maioria dos Estados brasileiros o Poder Judiciário não tem merecido um tratamento justo e equânime.

Os quadros que se seguem demonstram o movimento orçamentário e financeiro dos dois exercícios aludidos:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
MOVIMENTO ORÇAMENTÁRIO
E FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
DE 1982**

E S P E C I F I C A Ç Ã O	DOTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO	T. DOTAÇÃO	APLICADO	SALDO
02040132006.0 – ATIVIDADE JUDICIÁRIA	934.012.000,00	44.100.000,00	97.000.000,00	881.112.000,00	852.866.644,78	28.245.355,22
3.1.1.1.0.0-8 – Pessoal Civil	876.383.000,00	6.500.000,00	96.180.000,00	786.703.000,00	785.644.901,79	1.058.098,21
3.2.5.3.0.0-7 – Salário Família	4.929.000,00	–	–	4.929.000,00	3.871.764,00	1.057.236,00
3.1.2.0.0.0-7 – Material de Consumo	17.000.000,00	600.000,00	–	17.600.000,00	17.198.116,00	401.884,00
3.1.3.2.0.0-5 – Outros Serv. e Encargos	24.000.000,00	16.500.000,00	–	40.500.000,00	23.818.665,83	16.681.334,17
3.1.9.2.0.0-8 – Desp. de Exerc. Anteriores	1.000.000,00	–	820.000,00	180.000,00	179.015,16	984,84
3.1.3.1.0.0-9 – Remun. de Serv. Pessoais	200.000,00	–	–	200.000,00	142.500,00	57.500,00
3.2.5.9.0.0-5 – Outras Transf. a Pessoas	2.500.000,00	–	–	2.500.000,00	1.171.538,00	1.328.462,00
3.2.5.5.0.0-0 – Assist. Médico Hospitalar	1.000.000,00	10.000.000,00	–	11.000.000,00	10.000.000,00	1.000.000,00
4.1.2.0.0.0-0 – Equip. e Mat. Permanente	7.000.000,00	10.500.000,00	–	17.500.000,00	10.840.144,00	6.659.856,00
02040212002-1 – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	267.773.000,00	31.550.000,00	150.000,00	299.173.000,00	284.255.984,59	14.917.015,41
3.1.1.1.0.0-8 – Pessoal Civil	250.000.000,00	21.000.000,00	–	271.000.000,00	260.509.346,10	10.490.653,90
3.2.5.3.0.0-7 – Salário Família	3.373.000,00	5.950.000,00	–	9.323.000,00	7.439.092,00	1.883.908,00
3.1.2.0.0.0-7 – Material de Consumo	5.000.000,00	4.300.000,00	–	9.300.000,00	9.298.274,25	1.725,75
3.1.3.2.0.0-5 – Outros Serv. e Encargos	4.000.000,00	300.000,00	–	4.300.000,00	3.700.318,50	599.681,50
3.1.9.2.0.0-8 – Desp. de Exerc. Anteriores	250.000,00	–	150.000,00	100.000,00	99.269,50	730,50
3.1.3.1.0.0-9 – Remun. de Serv. Pessoais	350.000,00	–	–	350.000,00	246.165,24	103.834,76
3.2.5.9.0.0-5 – Outras Transf. a Pessoas	1.000.000,00	–	–	1.000.000,00	35.730,00	964.270,00
3.2.5.5.0.0-0 – Assist. Médico Hospitalar	500.000,00	–	–	500.000,00	–	500.000,00
3.1.1.3.0.0-0 – Obrigações Patronais	300.000,00	–	–	300.000,00	–	300.000,00
4.1.2.0.0.0-0 – Equip. e Mat. Permanente	3.000.000,00	–	–	3.000.000,00	2.927.789,00	72.211,00
3.2.5.1.0.0-4 – ENDARGOS COM INATIVOS	300.000.000,00	71.000.000,00	–	371.000.000,00	370.278.164,13	721.835,87
TOTAL DAS DOTAÇÕES	– 1.551.285.000,00					
TOTAL DAS APLICAÇÕES	– 1.507.400.793,50					
SALDO ORÇAMENTÁRIO	– 43.884.206,50					

Recife, 31 de dezembro de 1983

CONTADOR

DIRETOR

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
MOVIMENTO ORÇAMENTÁRIO E
FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
DE 1983**

E S P E C I F I C A Ç Ã O	DOTAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO	T. DOTAÇÃO	APLICADO	SALDO
02040132006.0 – ATIVIDADE JUDICIÁRIA	2.222.500.000,00	59.200.000,00	259.339.000,00	2.022.361.000,00	1.933.069.838,43	89.291.161,57
3.1.1.1.0.0-8 – Pessoal Civil	2.060.000.000,00	–	243.961.000,00	1.816.039.000,00	1.789.551.531,52	26.487.468,48
3.2.5.3.0.0-7 – Salário Família	9.700.000,00	–	–	9.700.000,00	9.132.517,17	567.482,83
3.1.2.0.0.0-7 – Material de Consumo	31.000.000,00	–	–	31.000.000,00	27.339.815,20	3.660.184,80
3.1.3.2.0.0-5 – Outros Serv. e Encargos	68.000.000,00	27.200.000,00	4.000.000,00	91.200.000,00	57.776.865,02	33.423.134,98
3.1.9.2.0.0-8 – Desp. de Exerc. Anteriores	1.000.000,00	–	878.000,00	122.000,00	121.596,21	403,79
3.1.3.1.0.0-9 – Remuneração de Serv. Pessoais	9.500.000,00	–	5.500.000,00	4.000.000,00	801.500,00	3.198.500,00
3.2.5.9.0.0-5 – Outras Transf. a Pessoas	5.000.000,00	6.000.000,00	–	11.000.000,00	8.698.743,00	2.301.257,00
3.2.5.5.0.0-0 – Assist. Médico Hospitalar	1.000.000,00	26.000.000,00	–	27.000.000,00	24.078.099,31	2.921.900,69
4.1.2.0.0.0-0 – Equip. e Mat. Permanente	37.300.000,00	–	5.000.000,00	32.300.000,00	15.569.171,00	16.730.829,00
02040212002-1 – SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	573.500.000,00	94.740.000,00	11.601.000,00	656.639.000,00	558.817.414,19	97.821.585,81
3.1.1.1.0.0-8 – Pessoal Civil	490.000.000,00	88.000.000,00	–	578.000.000,00	510.433.101,46	67.566.898,54
3.2.5.3.0.0-7 – Salário Família	17.900.000,00	–	–	17.900.000,00	16.273.620,55	1.626.379,45
3.1.2.0.0.0-7 – Material de Consumo	20.200.000,00	4.500.000,00	–	24.700.000,00	16.536.518,50	8.163.481,50
3.1.3.2.0.0-5 – Outros Serv. e Encargos	9.100.000,00	700.000,00	–	9.800.000,00	8.665.448,44	1.134.551,56
3.1.9.2.0.0-8 – Desp. de Exerc. Anteriores	300.000,00	–	101.000,00	199.000,00	198.867,00	133,00
3.1.3.1.0.0-9 – Remun. de Serv. Pessoais	500.000,00	40.000,00	–	540.000,00	455.966,24	84.033,76
3.2.5.9.0.0-5 – Outras Transf. a Pessoas	2.000.000,00	1.500.000,00	–	3.500.000,00	2.618.810,00	881.190,00
3.2.5.5.0.0-0 – Assist. Médico Hospitalar	500.000,00	–	–	500.000,00	–	500.000,00
3.1.1.3.0.0-0 – Obrigações Patronais	1.000.000,00	–	–	1.000.000,00	–	1.000.000,00
4.1.2.0.0.0-0 – Equip. e Mat. Permanente	32.000.000,00	–	11.500.000,00	20.500.000,00	3.635.082,00	16.864.918,00
3.2.5.1.0.0-4 – ENCARGOS COM INATIVOS	725.000.000,00	117.000.000,00	–	842.000.000,00	826.577.735,00	15.422.265,00
TOTAL DAS DOTAÇÕES	– 3.521.000.000,00					
TOTAL DAS APLICAÇÕES	– 3.318.464.987,62					
SALDO DAS DOTAÇÕES	– 202.535.012,38					

Recife, 31 de dezembro de 1983

CONTADOR

DIRETOR

No expediente do Departamento de Material e Patrimônio foram expedidos 168 ofícios; 116 processados de Tomadas de Preços e Carta Convite, para aquisição de material e contratação de serviços, após tramitarem na Comissão de Licitação. Foram elaborados 6 contratos administrativos de prestação de serviços e atendimento das 441 requisições dos Juízos das Comarcas de 1^a e 2^a Entrâncias e 231 dos Departamentos subordinados à Secretaria do Tribunal e do Conselho de Magistratura.

Foram utilizados Cr\$ 36.734.791,60 em aquisições de equipamentos e material permanente e dispendidos Cr\$ 18.164.989,60 com material de consumo e Cr\$ 28.695.256,40 para pagamento de serviços.

Entre as aquisições figuraram dois automóveis marca Chevrolet, tipo Opala Comodoro e uma camionete marca Volkswagen, tipo Parati. Para compra destes veículos foram alienados 3 automóveis marca Chevrolet, modelo Opala e 1 automóvel Volkswagen, modelo Brasília.

Para instalação na Sala de Reuniões do Tribunal Pleno, foram adquiridos dois aparelhos de refrigeração, tipo mini-central, moderno equipamento que substituirá o precário sistema ora em uso naquele local.

Com as limitações impostas pela precariedade das verbas disponíveis, o Departamento supriu a Secretaria do Tribunal, o Conselho de Magistratura, a Corregedoria Geral da Justiça e as Comarcas do Interior do material de expediente para a normalidade de seus funcionamentos.

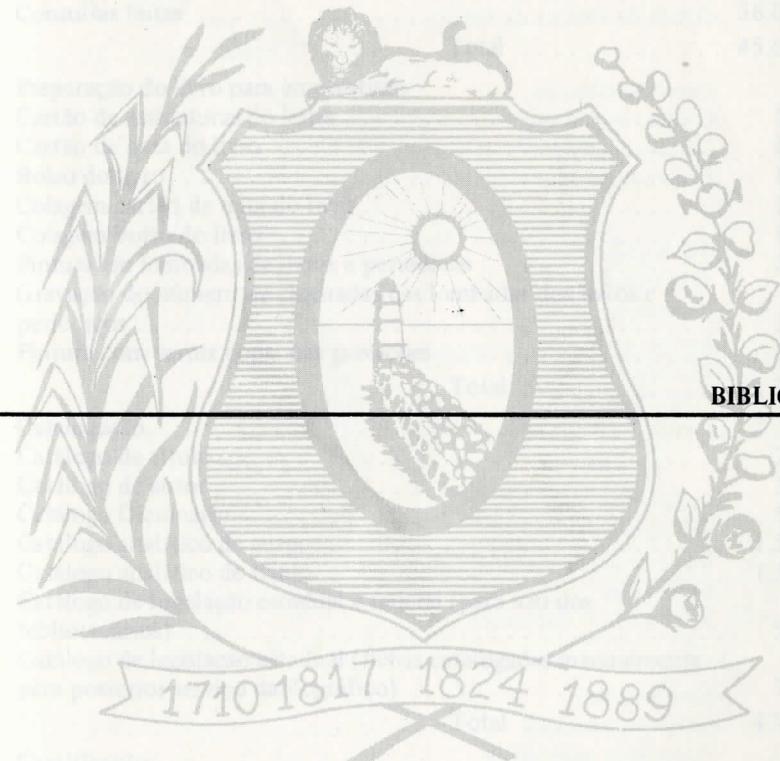
No expediente do Departamento de Material e Patrimônio foram expedidos 168 ofícios; 116 processados de Tomadas de Preços e Carta Convite, para aquisição de material e contratação de serviços, após tramitarem na Comissão de Licitação. Foram elaborados 6 contratos administrativos de prestação de serviços e atendimento das 441 requisições dos Juízos das Comarcas de 1^a e 2^a Entrâncias e 231 dos Departamentos subordinados à Secretaria do Tribunal e do Conselho de Magistratura.

Foram utilizados Cr\$ 36.734.791,60 em aquisições de equipamentos e material permanente e dispendidos Cr\$ 18.164.989,60 com material de consumo e Cr\$ 28.695.256,40 para pagamento de serviços.

Entre as aquisições figuraram dois automóveis marca Chevrolet, tipo Opala Comodoro e uma camionete marca Volkswagen, tipo Parati. Para compra destes veículos foram alienados 3 automóveis marca Chevrolet, modelo Opala e 1 automóvel Volkswagen, modelo Brasília.

Para instalação na Sala de Reuniões do Tribunal Pleno, foram adquiridos dois aparelhos de refrigeração, tipo mini-central, moderno equipamento que substituirá o precário sistema ora em uso naquele local.

Com as limitações impostas pela precariedade das verbas disponíveis, o Departamento supriu a Secretaria do Tribunal, o Conselho de Magistratura, a Corregedoria Geral da Justiça e as Comarcas do Interior do material de expediente para a normalidade de seus funcionamentos.

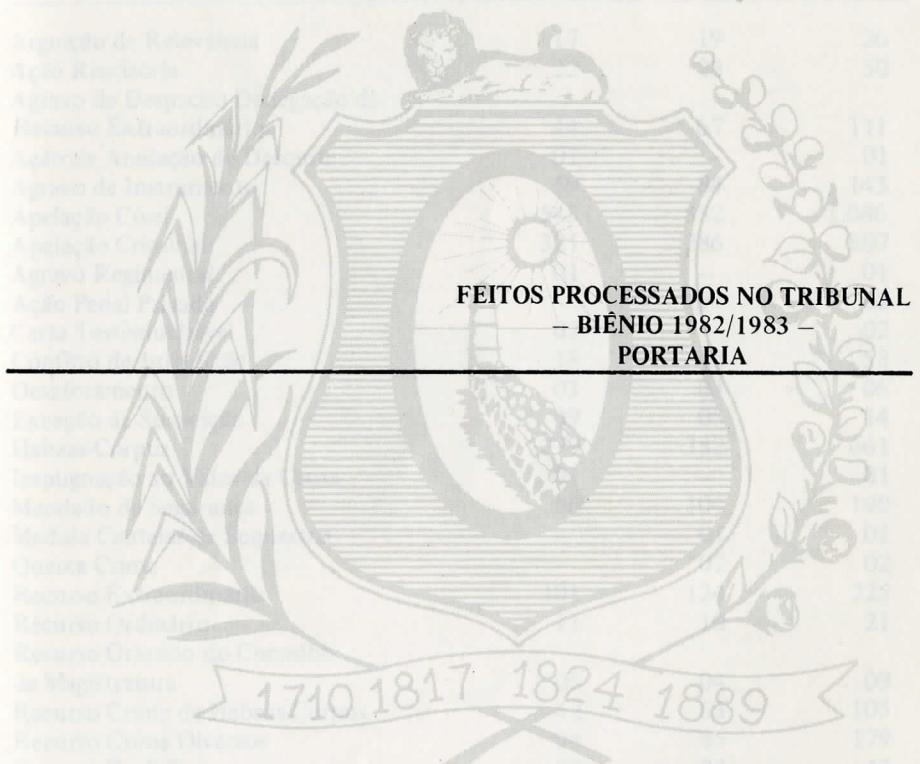


BIBLIOTECA

São os seguintes os dados sobre o movimento da Biblioteca deste Tribunal,
nos dois anos objeto deste relatório:

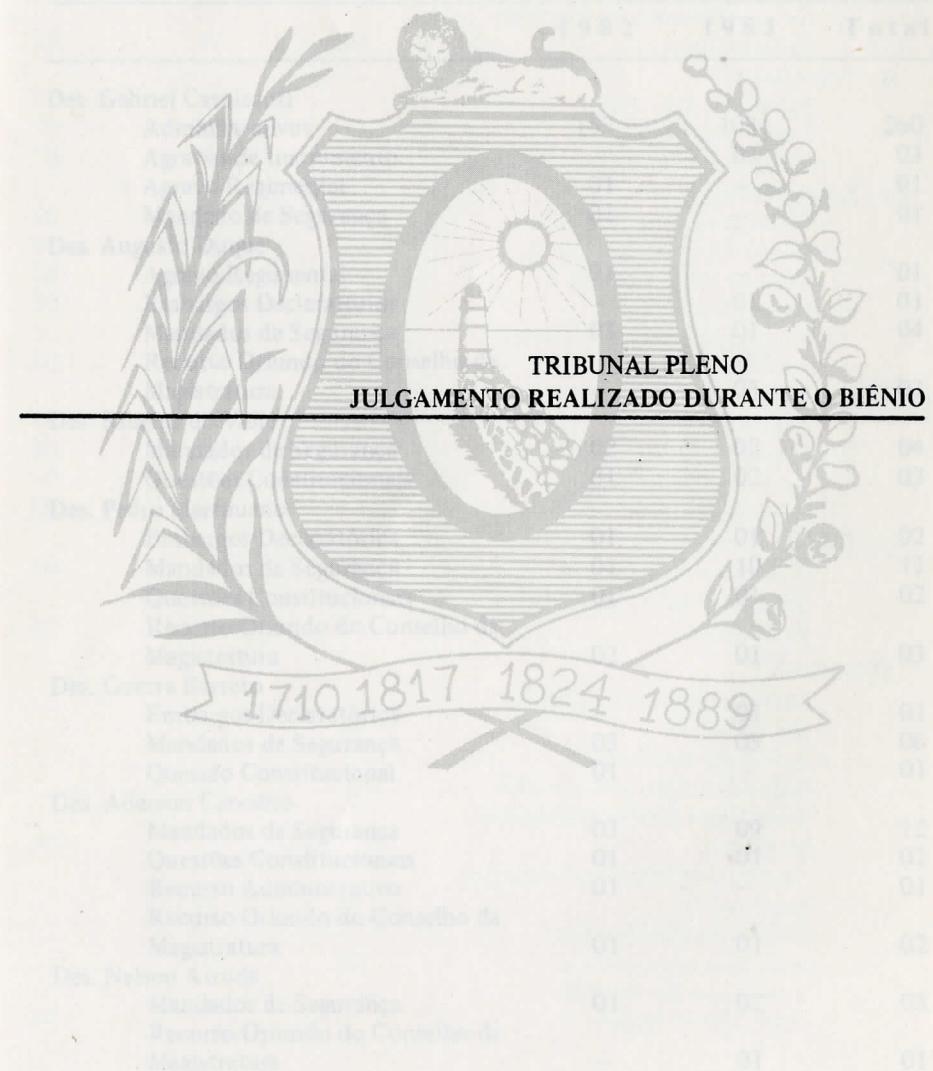
1	Seção de referência	
1.1	Empréstimos efetuados	7.600
1.2	Consultas feitas	38.020
	Total	45.620
2	Preparação do livro para empréstimo	
2.1	Cartão de assinaturas do leitor	108
2.2	Cartão de data do livro	108
2.3	Bolso do livro	108
2.4	Colagem cartão de data do livro	108
2.5	Colagem bolso do livro	108
2.6	Pintura em lombadas de livros e periódicos	272
2.7	Gravação do número de chamadas nas lombadas dos livros e periódicos	272
2.8	Pintura com verniz copal nas gravações	272
	Total	1.356
3	Catalogação	
3.1	Catálogo de título	272
3.2	Catálogo de autor	272
3.3	Catálogo Dicionário	544
3.4	Catálogo analítico de autor	1.330
3.5	Catálogo analítico de título	1.330
3.6	Catálogo de legislação estadual e federal (para uso dos bibliotecários)	540
3.7	Catálogo de legislação estadual (fichas catalogadas manualmente para posterior serviço datilográfico)	708
	Total	4.996
4	Gratificação	
4.1	Livros classificados	108
4.2	Periódicos classificados	164
	Total	272
5	Inserção de fichas	
5.1	Catálogo de título	108
5.2	Catálogo de autor	272
5.3	Catálogo Dicionário	714
5.4	Catálogo analítico de autor	1.330
5.5	Catálogo analítico de título	1.330

5.6	Catálogo Legislação Estadual/Federal	540
5.7	Catálogo Legislação Estadual	708
	Total	5.002
6	Consertos gerais	
6.1	Em livros	20
6.2	Em periódicos	15
	Total	35
7	Encadernação	
7.1	Diário Oficial - PE	6
7.2	Diário da Justiça - PE	14
7.3	Diário Oficial da União	14
7.4	Diário da Justiça da União	16
	Total	50
8	Correspondência	
8.1	Ofícios expedidos	12
8.2	Ofícios recebidos	16
8.3	Cartas expedidas	5
	Total	33
9	Aquisição	
9.1	a) Compra	
9.1.1	Periódicos	61
9.1.2	Livros	56
9.2	b) Doação	
9.2.1	Periódicos	103
9.2.2	Livros	52
	Total	272
10	Boletins	
10.1	a) Compra	
10.1.1	Boletim Adcoas – Jurisprudência	52
10.2	b) Doação	
10.2.1	Boletim R.T. Informa	24
	Total	76
11	Tombamento	
11.1	Livros registrados	108
11.2	Periódicos registrados	164
	Total	272
12	Acervo da Biblioteca. Dados Comparativos	
12.1	Ano de 1982	12.609
12.2	Ano de 1983	12.869



	1982	1983	Total
Arguição de Relevância	17	19	36
Ação Rescisória	22	28	50
Agravo de Despacho Denegação de Recurso Extraordinário	44	67	111
Ação de Anulação de Desquite	01	—	01
Agravo de Instrumento	59	84	143
Apelação Cível	543	552	1.086
Apelação Criminal	321	286	607
Agravo Regimental	01	—	01
Ação Penal Privada	—	✓	02
Carta Testemunhável	02	—	02
Conflito de Jurisdição	18	40	58
Desaforamento	03	03	06
Exceção de Suspeição	09	05	14
Habeas-Corpus	279	382	661
Impugnação ao Valor da Causa	01	—	01
Mandado de Segurança	86	104	190
Medida Cautelar de Sequestro	—	01	01
Queixa Crime	—	02	02
Recurso Extraordinário	101	124	225
Recurso Ordinário	11	10	21
Recurso Oriundo do Conselho de Magistratura	05	04	09
Recurso Crime de Habeas-Corpus	42	63	105
Recurso Crime Diversos	94	85	179
Recurso Ex-Offício	20	22	42
Representação Criminal	—	02	02
Restauração de Autos	03	—	03
Revisão Criminal	27	21	48
CONCLUSÃO:			
Sub-Total por exercício	1.700	1.906	
Total Geral no Biênio			3.606

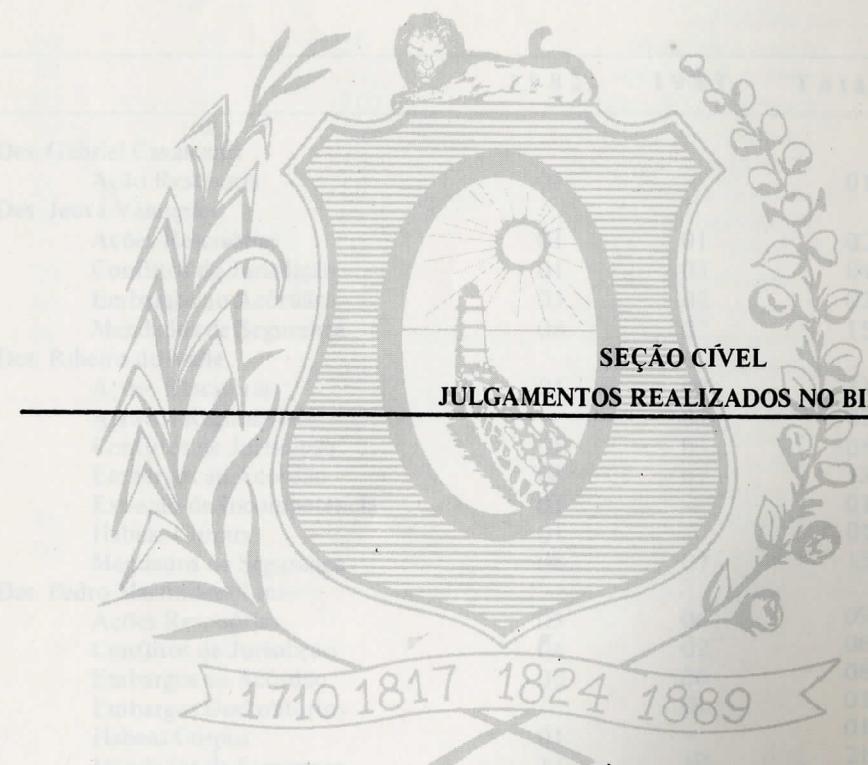
	1982	1983	Total
Arguição de Relevância	17	19	36
Ação Rescisória	22	28	50
Agravo de Despacho Denegação de Recurso Extraordinário	44	67	111
Ação de Anulação de Desquite	01	—	01
Agravo de Instrumento	59	84	143
Apelação Cível	543	552	1.086
Apelação Criminal	321	286	607
Agravo Regimental	01	—	01
Ação Penal Privada	—	✓	02
Carta Testemunhável	02	—	02
Conflito de Jurisdição	18	40	58
Desaforamento	03	03	06
Exceção de Suspeição	09	05	14
Habeas-Corpus	279	382	661
Impugnação ao Valor da Causa	01	—	01
Mandado de Segurança	86	104	190
Medida Cautelar de Sequestro	—	01	01
Queixa Crime	—	02	02
Recurso Extraordinário	101	124	225
Recurso Ordinário	11	10	21
Recurso Oriundo do Conselho de Magistratura	05	04	09
Recurso Crime de Habeas-Corpus	42	63	105
Recurso Crime Diversos	94	85	179
Recurso Ex-Offício	20	22	42
Representação Criminal	—	02	02
Restauração de Autos	03	—	03
Revisão Criminal	27	21	48
CONCLUSÃO:			
Sub-Total por exercício	1.700	1.906	
Total Geral no Biênio			3.606



10	10	10	10	
70	70	70	70	
50	50	50	50	
10	10	10	10	
80	80	80	80	
10	10	10	10	
80	80	80	80	
20	20	20	20	
				1982
				1983
				Total
Des. Gabriel Cavalcanti				
Administrativos	157	103	260	
Agravos de Instrumento	—	03	03	
Agravos Regimental	01	—	01	
Mandado de Segurança	01	—	01	
Des. Augusto Duque				
Agravos Regimental	01	—	01	
Embargos Declaratórios	—	01	01	
Mandados de Segurança	03	01	04	
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	03	03	
Des. Ribeiro do Valle				
Mandados de Segurança	02	02	04	
Questões Constitucionais	01	02	03	
Des. Pedro Martiniano				
Embargos Declaratórios	01	01	02	
Mandados de Segurança	01	10	11	
Questões Constitucionais	01	01	02	
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	02	01	03	
Des. Guerra Barreto				
Embargos Declaratórios	—	01	01	
Mandados de Segurança	03	03	06	
Questão Constitucional	01	—	01	
Des. Aderson Carvalho				
Mandados de Segurança	03	09	12	
Questões Constitucionais	01	01	02	
Recurso Administrativo	01	—	01	
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	01	01	02	
Des. Nelson Arruda				
Mandados de Segurança	01	02	03	
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	01	01	

			1982	1983	Total
Des. Gabriel Cavalcanti					
Administrativos	157	103	260		
Agravos de Instrumento	—	03	03		
Agravo Regimental	01	—	01		
Mandado de Segurança	01	—	01		
Des. Augusto Duque					
Agravo Regimental	01	—	01		
Embargos Declaratórios	—	01	01		
Mandados de Segurança	03	01	04		
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	03	03		
Des. Ribeiro do Valle					
Mandados de Segurança	02	02	04		
Questões Constitucionais	01	02	03		
Des. Pedro Martiniano					
Embargos Declaratórios	01	01	02		
Mandados de Segurança	01	10	11		
Questões Constitucionais	01	01	02		
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	02	01	03		
Des. Guerra Barreto					
Embargos Declaratórios	—	01	01		
Mandados de Segurança	03	03	06		
Questão Constitucional	01	—	01		
Des. Aderson Carvalho					
Mandados de Segurança	03	09	12		
Questões Constitucionais	01	01	02		
Recurso Administrativo	01	—	01		
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	01	01	02		
Des. Nelson Arruda					
Mandados de Segurança	01	02	03		
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	01	01		

Des. José Pessoa				
Ação Sumaríssima	01	—	01	01
Mandados de Segurança	04	03	—	07
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	01	—	01
Des. Otílio Neiva				
Mandado de Segurança	—	01	—	01
Des. Geraldo Campos				
Mandados de Segurança	02	04	—	06
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	01	—	01
Des. Duarte Lima				
Mandados de Segurança	04	04	—	08
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	02	—	02
Des. Pedro Malta				
Embargo ao Acórdão	—	01	—	01
Agravo de Instrumento	—	01	—	01
Mandados de Segurança	03	04	—	07
Des. Souza Ribeiro				
Embargos Declaratórios	—	02	—	02
Mandados de Segurança	01	09	—	10
Questão Constitucional	01	01	—	02
Queixa Crime	01	01	—	01
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	01	—	01
Des. Jeová Vanderlei				
Agravo Regimental	01	—	01	01
Mandados de Segurança	—	05	—	08
Questões Constitucionais	01	01	—	02
Representação	—	02	—	02
Des. Cláudio Américo				
Ação Penal Privada	01	—	01	01
Recurso Oriundo do Conselho da Magistratura	—	06	—	06
CONCLUSÃO:				
Sub-total dos Feitos julgados por exercício	46	95		
Sub-Total dos Feitos Administrativos por exercício	157	103		
Total Geral dos Feitos julgados no biênio				401
Sessões Ordinárias realizadas por exercício	40	39		
Sessões Extraordinárias realizadas por exercício	02	05		
Total Geral das Sessões realizadas no biênio				86

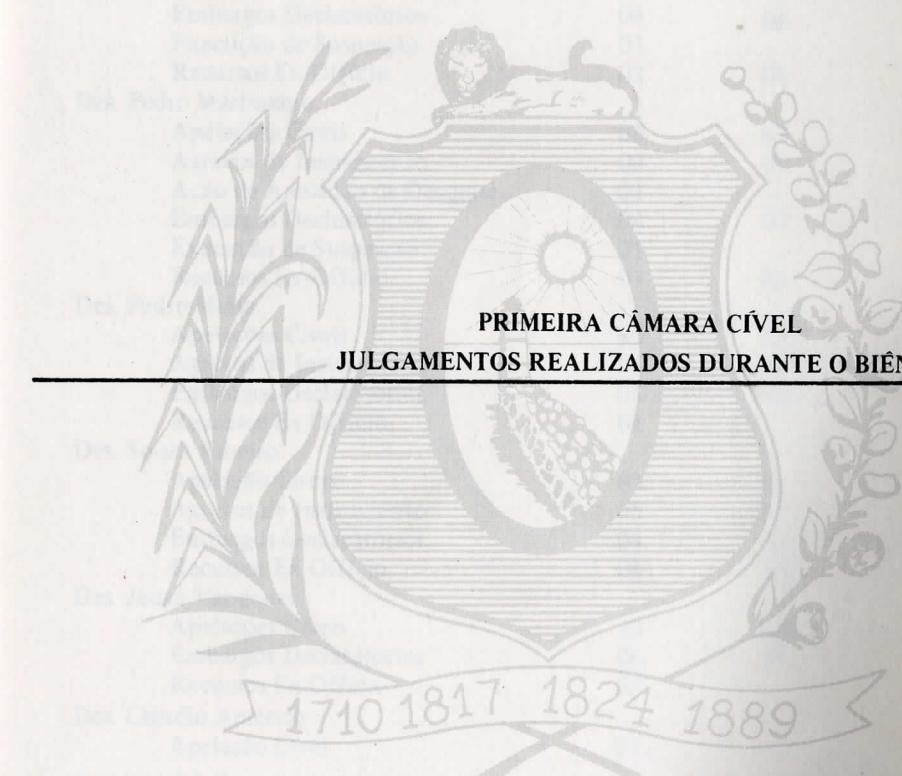


SEÇÃO CÍVEL

JULGAMENTOS REALIZADOS NO BIÊNIO

		1982	1983	Total
Des. José Pinto	Ação Rescisória	10	—	10
	Mandados de Segurança	10	—	10
	Reclamação de Coerdeiro	10	—	10
	Habeas-Corpus	10	—	10
Des. Divaldo Ferreira		80	—	80
	Mandados de Segurança	10	—	10
Des. Francisco Campos		40	50	90
	Mandados de Segurança	10	—	10
	Reclamação de Coerdeiro	20	20	40
	Habeas-Corpus	10	—	10
Des. Luiz Gonzaga		10	—	10
	Mandados de Segurança	10	—	10
	Reclamação de Coerdeiro	10	—	10
	Habeas-Corpus	15	80	95
	Mandados de Segurança	20	80	100
Des. Pedro Marin		10	10	—
	Embargos ao Acórdão	50	10	60
	Ações de Jurisdição	10	—	10
	Mandados de Segurança	70	—	70
Des. Gabriel Cavalcanti		10	—	10
	Ação Rescisória	50	01	—
Des. Jeová Vanderlei		11	—	11
	Ações Rescisórias	01	01	02
	Conflitos de Jurisdição	50	03	04
	Embargos ao Acórdão	10	02	05
	Mandados de Segurança	10	07	15
Des. Ribeiro do Valle		20	—	20
	Ações Rescisórias	03	08	11
	Agravos Regimentais	—	02	02
	Conflitos de Jurisdição	05	03	08
	Embargos ao Acórdão	06	07	13
	Exceção de Incompetência	01	—	01
	Habeas-Corpus	01	—	01
	Mandados de Segurança	08	07	15
Des. Pedro Martiniano Lins		20	—	20
	Ações Rescisórias	03	06	09
	Conflitos de Jurisdição	04	02	06
	Embargos ao Acórdão	02	06	08
	Embargos Declaratórios	—	01	01
	Habeas-Corpus	01	—	01
	Mandados de Segurança	11	10	21
Des. Aderson Carvalho		20	—	20
	Ações Rescisórias	—	03	03
	Agravio Regimental	01	—	01
	Conflitos de Jurisdição	03	02	05
	Embargos ao Acórdão	05	03	08
	Embargos Declaratórios	01	01	02
	Habeas-Corpus	—	01	01
	Mandados de Segurança	06	11	17
	Restauração de Autos	01	—	01
Des. Guerra Barreto		20	—	20

Agravos Regimentais	01	—	01
Conflitos de Jurisdição	02	—	02
Embargos ao Acórdão	01	—	01
Habeas-Corpus	01	—	01
Mandados de Segurança	03	—	03
Des. José Pessoa			
Agravos Regimentais	01	—	01
Conflitos de Jurisdição	02	02	04
Embargos ao Acórdão	01	—	01
Embargos Declaratórios	—	02	02
Exceção de Suspeição	01	—	01
Habeas-Corpus	01	—	01
Mandados de Segurança	13	08	21
Des. Souza Ribeiro			
Ações Rescisórias	02	03	05
Agravos Regimentais	—	01	01
Conflitos de Jurisdição	02	01	03
Embargos ao Acórdão	05	01	06
Embargos Declaratórios	01	—	01
Habeas-Corpus	02	—	02
Mandados de Segurança	11	09	20
Des. Pedro Malta			
Ações Rescisórias	—	02	02
Conflitos de Jurisdição	05	02	07
Embargos ao Acórdão	—	04	04
Mandados de Segurança	05	08	13
CONCLUSÃO:			
Sessões Ordinárias por Exercício	34	32	
Feitos Julgados por Exercício	136	129	
Total das Sessões Ordinárias no Biênio			66
Total dos Feitos no Biênio			265



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

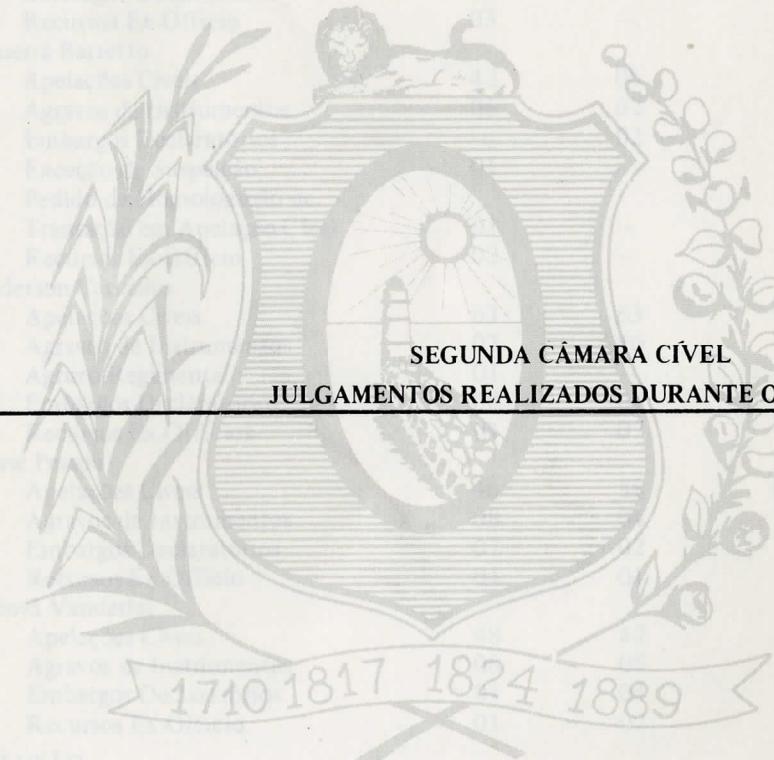
JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O BIÊNIO

	1982	1983	Total
Des. Ribeiro do Valle			
Apelações Cíveis	63	70	133
Agravo de Instrumento	10	09	19
Embargos Declaratórios	04	06	10
Execução de Suspeição	01	—	01
Recursos Ex-Ofício	03	04	07
Des. Pedro Martiniano			
Apelações Cíveis	68	67	135
Agravos de Instrumento	09	05	14
Ação de Anulação de Desquite	01	—	01
Embargos Declaratórios	04	03	07
Execução de Suspeição	01	—	01
Recursos Ex-Ofício	03	03	06
Des. Pedro Malta			
Apelações Cíveis	66	69	135
Agravos de Instrumento	05	09	14
Embargos Declaratórios	01	06	07
Recursos Ex-Ofício	04	—	04
Des. Souza Ribeiro			
Apelação Cíveis	63	61	124
Agravos de Instrumento	05	07	12
Embargos Declaratórios	04	05	09
Recursos Ex-Ofício	04	02	06
Des. Jeová Vanderlei			
Apelações Cíveis	23	03	26
Embargos Declaratórios	06	01	07
Recursos Ex-Ofício	03	—	03
Des. Cláudio Américo			
Apelação Cível	01	—	01
CONCLUSÃO:			
Total dos Feitos Julgados por Exercício	352	330	
Total dos Feitos Julgados no Biênio Sessões Ordinárias Realizadas por Exercício	37	35	682
Sessões Extraordinárias Realizadas no Exercício	01	03	
Total das Sessões Realizadas no Biênio			76

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O BIE

CONCLUSÃO

Final dos Processos Julgados por Exceção	Total	200
Total dos Processos Julgados no Último Sessão Ordinária Realizada por Exceção	34	32
Sessões Extraordinárias Realizadas por Exceção	91	91
Total de Sessões Realizadas no Período	125	125

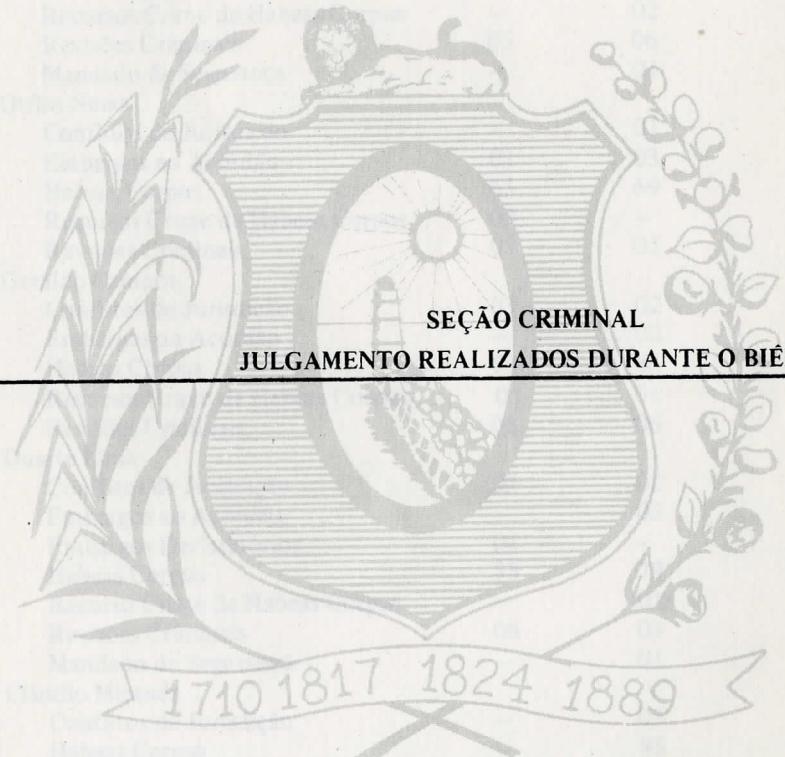


SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O BIÊNIO

	1982	1983	Total
Des. Gabriel Cavalcanti			
Apelações Cíveis	14	—	14
Agravos de Instrumentos	03	—	03
Embargos Declaratórios	01	—	01
Recursos Ex-Offício	03	—	03
Des. Guerra Barreto			
Apelações Cíveis	42	06	48
Agravos de Instrumentos	06	02	08
Embargos Declaratórios	—	02	02
Exceção de Suspeição	01	—	01
Pedido de Homologação de Transação em Apelação Cível	01	—	01
Recursos Ex-Offício	02	—	02
Des. Aderson Carvalho			
Apelações Cíveis	63	63	126
Agravos de Instrumentos	07	10	17
Agravos Regimentais	01	—	01
Embargos Declaratórios	08	04	12
Recursos Ex-Offícios	04	02	06
Des. José Pessoa			
Apelações Cíveis	46	58	104
Agravos de Instrumentos	08	04	12
Embargos Declaratórios	07	02	09
Recursos Ex-Offício	04	01	05
Des. Jeová Vanderlei			
Apelações Cíveis	48	47	95
Agravos de Instrumentos	08	05	13
Embargos Declaratórios	01	04	05
Recursos Ex-Offício	01	02	03
CONCLUSÃO:			
Total dos Feitos Julgados por Exercício	279	212	491
Total dos Feitos Julgados no Biênio Sessões Ordinárias Realizadas por Exercício	34	32	
Sessões Extraordinárias Realizadas por Exercício	01	—	
Total das Sessões Realizadas no Biênio			67

	1982	1983	Total
Des. Gabriel Cavalcanti			
Apelações Cíveis	14	—	14
Agravos de Instrumentos	03	—	03
Embargos Declaratórios	01	—	01
Recursos Ex-Offício	03	—	03
Des. Guerra Barreto			
Apelações Cíveis	42	06	48
Agravos de Instrumentos	06	02	08
Embargos Declaratórios	—	02	02
Exceção de Suspeição	01	—	01
Pedido de Homologação de Transação em Apelação Cível	01	—	01
Recursos Ex-Offício	02	—	02
Des. Aderson Carvalho			
Apelações Cíveis	63	63	126
Agravos de Instrumentos	07	10	17
Agravo Regimental	01	—	01
Embargos Declaratórios	08	04	12
Recursos Ex-Offícios	04	02	06
Des. José Pessoa			
Apelações Cíveis	46	58	104
Agravos de Instrumentos	08	04	12
Embargos Declaratórios	07	02	09
Recursos Ex-Offício	04	01	05
Des. Jeová Vanderlei			
Apelações Cíveis	48	47	95
Agravos de Instrumentos	08	05	13
Embargos Declaratórios	01	04	05
Recursos Ex-Offício	01	02	03
CONCLUSÃO:			
Total dos Feitos Julgados por Exercício	279	212	491
Total dos Feitos Julgados no Biênio Sessões Ordinárias Realizadas por Exercício	34	32	
Sessões Extraordinárias Realizadas por Exercício	01	—	
Total das Sessões Realizadas no Biênio			67

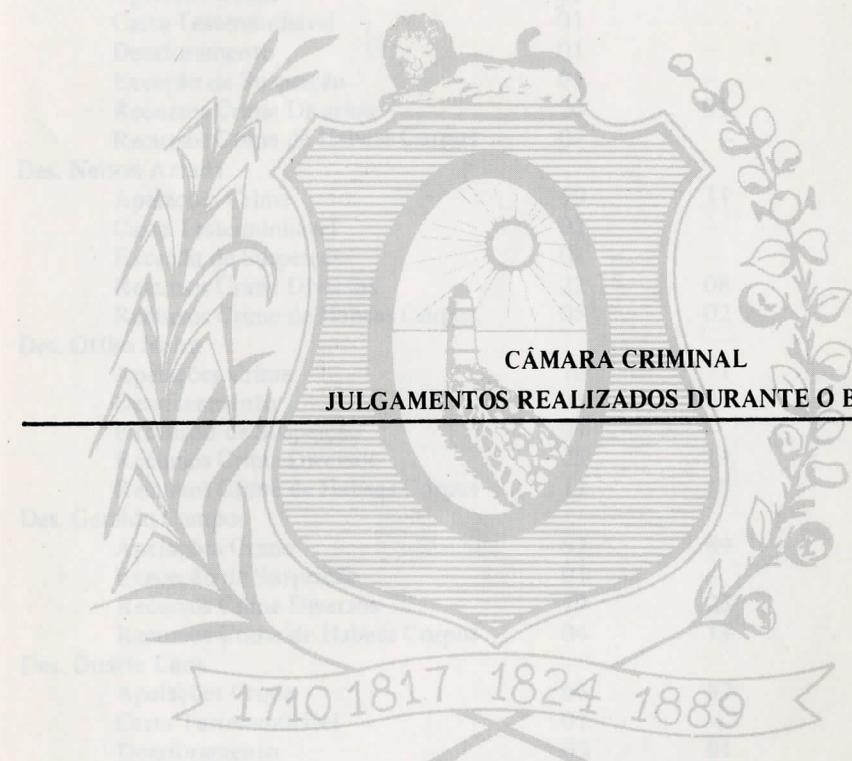


SEÇÃO CRIMINAL

JULGAMENTO REALIZADOS DURANTE O BIÊNIO

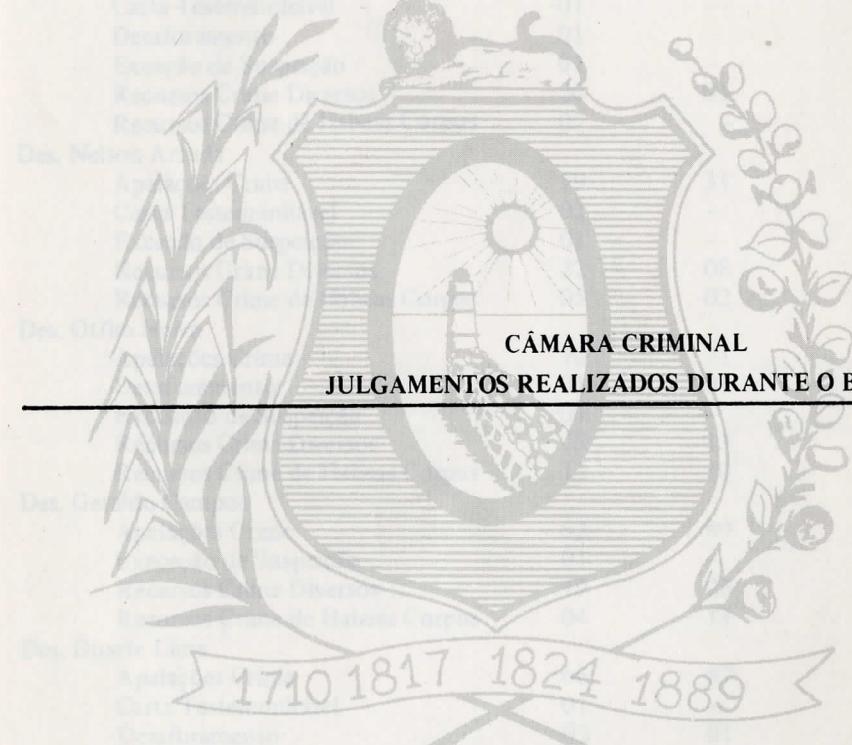
	1982	1983	Total
Des. Augusto Duque			
Conflitos de Jurisdição	01	—	01
Habeas Corpus	60	—	60
Recursos Crimes de Habeas Corpus	01	—	01
Revisões Criminais	06	—	06
Des. Nelson Arruda			
Conflitos de Jurisdição	01	—	01
Embargos ao Acórdão	02	—	02
Habeas Corpus	43	31	74
Recursos Crime de Habeas Corpus	—	02	02
Revisões Criminais	05	06	11
Mandado de Segurança	—	01	01
Des. Otílio Neiva			
Conflitos de Jurisdição	—	01	01
Embargos ao Acórdão	01	03	04
Habeas Corpus	65	69	134
Recursos Crime de Habeas Corpus	03	—	03
Revisões Criminais	07	05	12
Des. Geraldo Campos			
Conflitos de Jurisdição	03	02	05
Embargos ao Acórdão	—	02	02
Habeas Corpus	59	86	145
Recursos Crime de Habeas Corpus	01	01	02
Revisões Criminais	08	06	14
Des. Duarte Lima			
Conflitos de Jurisdição	01	02	03
Embargos ao Acórdão	—	03	03
Embargos Declaratórios	01	—	01
Habeas Corpus	55	79	134
Recurso Crime de Habeas Corpus	—	01	01
Revisões Criminais	08	03	11
Mandado de Segurança	—	01	01
Des. Cláudio Miranda			
Conflitos de Jurisdição	—	03	03
Habeas Corpus	—	85	85
Recursos Crime de Habeas Corpus	—	02	02
Revisões Criminais	—	07	07
Mandado de Segurança	—	01	01
CONCLUSÃO:			
Sessões Ordinárias por Exercício	32	34	
Feitos Julgados por Exercícios	331	402	
Total das Sessões no Biênio			66
Total dos Feitos Julgados no Biênio			733

	1982	1983	Total
Des. Augusto Duque			
Conflitos de Jurisdição	01	—	01
Habeas Corpus	60	—	60
Recursos Crimes de Habeas Corpus	01	—	01
Revisões Criminais	06	—	06
Des. Nelson Arruda			
Conflitos de Jurisdição	01	—	01
Embargos ao Acórdão	02	—	02
Habeas Corpus	43	31	74
Recursos Crime de Habeas Corpus	—	02	02
Revisões Criminais	05	06	11
Mandado de Segurança	—	01	01
Des. Otilio Neiva			
Conflitos de Jurisdição	—	01	01
Embargos ao Acórdão	01	03	04
Habeas Corpus	65	69	134
Recursos Crime de Habeas Corpus	03	—	03
Revisões Criminais	07	05	12
Des. Geraldo Campos			
Conflitos de Jurisdição	03	02	05
Embargos ao Acórdão	—	02	02
Habeas Corpus	59	86	145
Recursos Crime de Habeas Corpus	01	01	02
Revisões Criminais	08	06	14
Des. Duarte Lima			
Conflitos de Jurisdição	01	02	03
Embargos ao Acórdão	—	03	03
Embargos Declaratórios	01	—	01
Habeas Corpus	55	79	134
Recurso Crime de Habeas Corpus	—	01	01
Revisões Criminais	08	03	11
Mandado de Segurança	—	01	01
Des. Cláudio Miranda			
Conflitos de Jurisdição	—	03	03
Habeas Corpus	—	85	85
Recursos Crime de Habeas Corpus	—	02	02
Revisões Criminais	—	07	07
Mandado de Segurança	—	01	01
CONCLUSÃO:			
Sessões Ordinárias por Exercício	32	34	
Feitos Julgados por Exercícios	331	402	
Total das Sessões no Biênio			66
Total dos Feitos Julgados no Biênio			733



CÂMARA CRIMINAL

JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O BIÊNIO



CÂMARA CRIMINAL

JULGAMENTOS REALIZADOS DURANTE O BIÊNIO

					CONCLUSÃO
					Todos os Fatos registrados por
					Exercício
					Total das Fatos registrados no Balcão
					Segunda Ocorrência Registradas por
					Exercício
					Segunda Extraordinária Registradas
					por Exercício
					Total de Fatos Registradas no Balcão
					1982 1983 Total

Des. Augusto Duque				
Apelação Crime	62	19	81	
Carta Testemunhável	01	—	01	
Desaforamento	01	—	01	
Exceção de Suspeição	01	—	01	
Recursos Crime Diversos	20	01	21	
Recursos Crime de Habeas Corpus	07	—	07	
Des. Nelson Arruda				
Apelações Crime	59	31	90	
Carta Testemunhável	01	—	01	
Exceção de Suspeição	01	—	01	
Recursos Crime Diversos	22	08	30	
Recursos Crime de Habeas Corpus	05	02	07	
Des. Otílio Neiva				
Apelações Crime	70	71	141	
Desaforamento	01	01	02	
Execução de Suspeição	01	—	01	
Recursos Crime Diversos	25	13	38	
Recursos Crime de Habeas Corpus	12	10	22	
Des. Geraldo Campos				
Apelações Crime	62	89	151	
Exceção de Suspeição	01	—	01	
Recursos Crime Diversos	19	23	42	
Recursos Crime de Habeas Corpus	04	13	17	
Des. Duarte Lima				
Apelações Crime	66	87	153	
Carta Testemunhável	01	—	01	
Desaforamento	02	01	03	
Exceção de Suspeição	01	—	01	
Recursos Crime Diversos	23	22	45	
Recursos Crime de Habeas Corpus	09	10	19	
Des. Cláudio Miranda				
Apelações Crime	54	—	54	
Desaforamento	01	—	01	
Exceção de Suspeição	01	—	01	
Recursos Crime Diversos	18	—	18	
Recursos Crime de Habeas Corpus	19	—	19	

1982 1983 Total

Des. Augusto Duque

Apelação Crime	62	19	81
Carta Testemunhável	01	—	01
Desaforamento	01	—	01
Exceção de Suspeição	01	—	01
Recursos Crime Diversos	20	01	21
Recursos Crime de Habeas Corpus	07	—	07

Des. Nelson Arruda

Apelações Crime	59	31	90
Carta Testemunhável	01	—	01
Exceção de Suspeição	01	—	01
Recursos Crime Diversos	22	08	30
Recursos Crime de Habeas Corpus	05	02	07

Des. Otílio Neiva

Apelações Crime	70	71	141
Desaforamento	01	01	02
Execução de Suspeição	01	—	01
Recursos Crime Diversos	25	13	38
Recursos Crime de Habeas Corpus	12	10	22

Des. Geraldo Campos

Apelações Crime	62	89	151
Exceção de Suspeição	01	—	01
Recursos Crime Diversos	19	23	42
Recursos Crime de Habeas Corpus	04	13	17

Des. Duarte Lima

Apelações Crime	66	87	153
Carta Testemunhável	01	—	01
Desaforamento	02	01	03
Exceção de Suspeição	01	—	01
Recursos Crime Diversos	23	22	45
Recursos Crime de Habeas Corpus	09	10	19

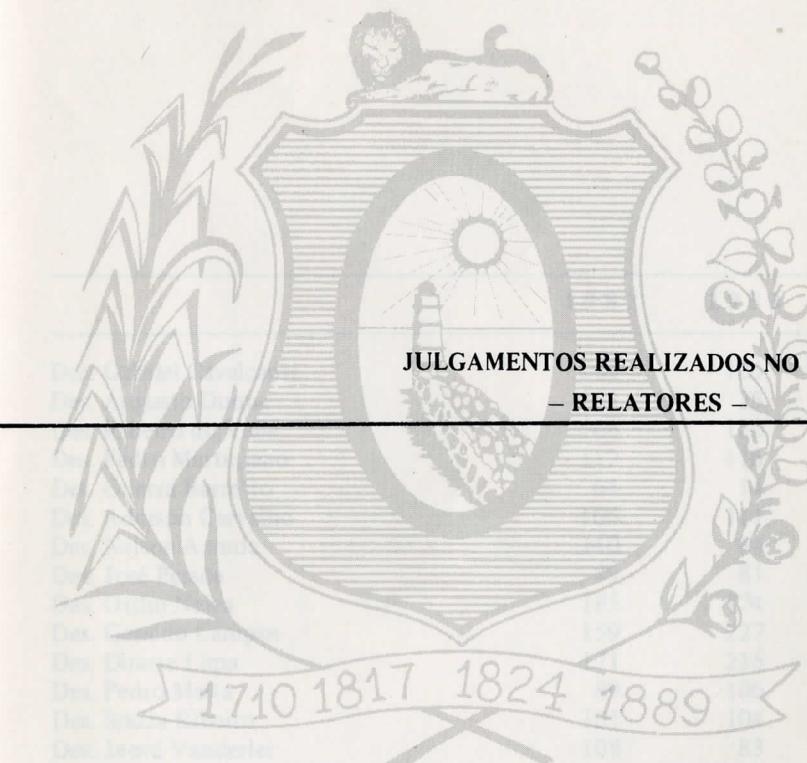
Des. Cláudio Miranda

Apelações Crime	54	—	54
Desaforamento	01	—	01
Exceção de Suspeição	01	—	01
Recursos Crime Diversos	18	—	18
Recursos Crime de Habeas Corpus	19	—	19

CONCLUSÃO:

Total dos Feitos Julgados por Exercício	477	494	971
Total dos Feitos Julgados no Biênio			
Sessões Ordinárias Realizadas por Exercício	37	38	
Sessões Extraordinárias Realizadas por Exercício	—	—	
Total das Sessões Realizadas no Biênio			75

TJPE - BIBLIOTECA



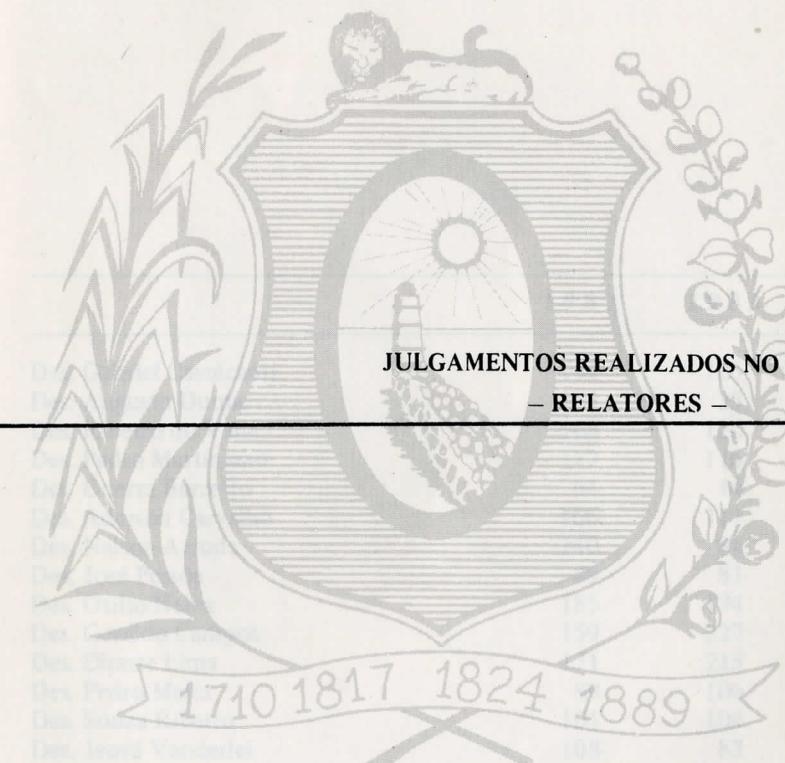
**JULGAMENTOS REALIZADOS NO BIÊNIO
— RELATORES —**

Total dos Feitos Julgados por Exercício	1.238	1.262
Total dos Feitos Julgados no Biênio	157	168
Total dos Feitos Julgados no Biênio	157	168
Total dos Feitos Julgados no Biênio	157	168
Total dos Feitos Julgados no Biênio	157	168

CONCLUSÃO:

Total dos Feitos Julgados por Exercício	477	494	971
Total dos Feitos Julgados no Biênio			
Sessões Ordinárias Realizadas por Exercício	37	38	
Sessões Extraordinárias Realizadas por Exercício	—	—	
Total das Sessões Realizadas no Biênio			75

TJPE - BIBLIOTECA



**JULGAMENTOS REALIZADOS NO BIÊNIO
— RELATORES —**

1710 1817 1824 1889

Total dos Feitos Julgados por Exercício	1728	1436
Total dos Feitos Julgados no Biênio	1327	1083
Total das Sessões Administrativas no Biênio	1343	200
Total das Sessões Realizadas no Biênio	132	144
Total das Sessões Realizadas no Biênio		

CONCLUSÃO:

Total dos Feitos Julgados por
Exercício 1.778 1.765

Total dos Feitos Julgados no Biênio 477 494 971

Total dos Feitos Administrativos Julgados por
Exercício 157 103

Total dos Feitos Administrativos no Biênio 260

Total das Sessões Realizadas por Exercício 42 44

Total das Sessões Realizadas no Biênio 86

INVESTIMENTOS REALIZADOS NO BIÊNIO

	1982	1983	T otal
Des. Gabriel Cavalcanti	181	106	287
Des. Augusto Duque	164	25	189
Des. Ribeiro do Valle	108	120	228
Des. Pedro Martiniano	112	116	228
Des. Guerra Barretto	64	14	78
Des. Aderson Carvalho	106	111	217
Des. Nelson Arruda	140	84	224
Des. José Pessôa	89	81	170
Des. Ovílio Neiva	185	174	359
Des. Geraldo Campos	159	227	386
Des. Duarte Lima	171	215	386
Des. Pedro Malta	89	106	195
Des. Souza Ribeiro	101	104	205
Des. Jeová Vanderlei	108	83	191
Des. Cláudio Américo	01	199	200
CONCLUSÃO:			
Total dos Feitos Julgados por Exercício	1.778	1.765	
Total dos Feitos Administrativos Julgados por Exercício	157	103	
Total dos Feitos Julgados no Biênio			3.543
Total dos Feitos Administrativos no Biênio			260
Total das Sessões Realizadas por Exercício	42	44	
Total das Sessões Realizadas no Biênio			86

	1883	1883	1911
282			282
283			188
284		104	22
285	108	130	
286	115		
287	116	84	
288	109	111	
289	140		
290	86	81	
291	182	144	
292	152	323	
293	111	312	
294	106	102	
295	101	101	
296	108	83	
297	103	101	
298	101	101	
299	102	101	
300	103	101	
301	104	101	
302	105	101	
303	106	101	
304	107	101	
305	108	101	
306	109	101	
307	110	101	
308	111	101	
309	112	101	
310	113	101	
311	114	101	
312	115	101	
313	116	101	
314	117	101	
315	118	101	
316	119	101	
317	120	101	
318	121	101	
319	122	101	
320	123	101	
321	124	101	
322	125	101	
323	126	101	
324	127	101	
325	128	101	
326	129	101	
327	130	101	
328	131	101	
329	132	101	
330	133	101	
331	134	101	
332	135	101	
333	136	101	
334	137	101	
335	138	101	
336	139	101	
337	140	101	
338	141	101	
339	142	101	
340	143	101	
341	144	101	
342	145	101	
343	146	101	
344	147	101	
345	148	101	
346	149	101	
347	150	101	
348	151	101	
349	152	101	
350	153	101	
351	154	101	
352	155	101	
353	156	101	
354	157	101	
355	158	101	
356	159	101	
357	160	101	
358	161	101	
359	162	101	
360	163	101	
361	164	101	
362	165	101	
363	166	101	
364	167	101	
365	168	101	
366	169	101	
367	170	101	
368	171	101	
369	172	101	
370	173	101	
371	174	101	
372	175	101	
373	176	101	
374	177	101	
375	178	101	
376	179	101	
377	180	101	
378	181	101	
379	182	101	
380	183	101	
381	184	101	
382	185	101	
383	186	101	
384	187	101	
385	188	101	
386	189	101	
387	190	101	
388	191	101	
389	192	101	
390	193	101	
391	194	101	
392	195	101	
393	196	101	
394	197	101	
395	198	101	
396	199	101	
397	200	101	
398	201	101	
399	202	101	
400	203	101	
401	204	101	
402	205	101	
403	206	101	
404	207	101	
405	208	101	
406	209	101	
407	210	101	
408	211	101	
409	212	101	
410	213	101	
411	214	101	
412	215	101	
413	216	101	
414	217	101	
415	218	101	
416	219	101	
417	220	101	
418	221	101	
419	222	101	
420	223	101	
421	224	101	
422	225	101	
423	226	101	
424	227	101	
425	228	101	
426	229	101	
427	230	101	
428	231	101	
429	232	101	
430	233	101	
431	234	101	
432	235	101	
433	236	101	
434	237	101	
435	238	101	
436	239	101	
437	240	101	
438	241	101	
439	242	101	
440	243	101	
441	244	101	
442	245	101	
443	246	101	
444	247	101	
445	248	101	
446	249	101	
447	250	101	
448	251	101	
449	252	101	
450	253	101	
451	254	101	
452	255	101	
453	256	101	
454	257	101	
455	258	101	
456	259	101	
457	260	101	
458	261	101	
459	262	101	
460	263	101	
461	264	101	
462	265	101	
463	266	101	
464	267	101	
465	268	101	
466	269	101	
467	270	101	
468	271	101	
469	272	101	
470	273	101	
471	274	101	
472	275	101	
473	276	101	
474	277	101	
475	278	101	
476	279	101	
477	280	101	
478	281	101	
479	282	101	
480	283	101	
481	284	101	
482	285	101	
483	286	101	
484	287	101	
485	288	101	
486	289	101	
487	290	101	
488	291	101	
489	292	101	
490	293	101	
491	294	101	
492	295	101	
493	296	101	
494	297	101	
495	298	101	
496	299	101	
497	300	101	
498	301	101	
499	302	101	
500	303	101	
501	304	101	
502	305	101	
503	306	101	
504	307	101	
505	308	101	
506	309	101	
507	310	101	
508	311	101	
509	312	101	
510	313	101	
511	314	101	
512	315	101	
513	316	101	
514	317	101	
515	318	101	
516	319	101	
517	320	101	
518	321	101	
519	322	101	
520	323	101	
521	324	101	
522	325	101	
523	326	101	
524	327	101	
525	328	101	
526	329	101	
527	330	101	
528	331	101	
529	332	101	
530	333	101	
531	334	101	
532	335	101	
533	336	101	
534	337	101	
535	338	101	
536	339	101	
537	340	101	
538	341	101	
539	342	101	
540	343	101	
541	344	101	
542	345	101	
543	346	101	
544	347	101	
545	348	101	
546	349	101	
547	350	101	
548	351	101	
549	352	101	
550	353	101	
551	354	101	
552	355	101	
553	356	101	
554	357	101	
555	358	101	
556	359	101	
557	360	101	
558	361	101	
559	362	101	
560	363	101	
561	364	101	
562	365	101	
563	366	101	
564	367	101	
565	368	101	
566	369	101	
567	370	101	
568	371	101	
569	372	101	
570	373	101	
571	374	101	
572	375	101	
573	376	101	
574	377	101	
575	378	101	
576	379	101	
577	380	101	
578	381	101	
579	382	101	
580	383	101	
581	384	101	
582	385	101	
583	386	101	
584	387	101	
585	388	101	
586	389	101	
587	390	101	
588	391	101	
589	392	101	
590	393	101	
591	394	101	
592	395	101	
593	396	101	
594	397	101	
595	398	101	
596	399	101	
597	400	101	
598	401	101	
599	402	101	
600	403	101	
601	404	101	
602	405	101	
603	406	101	
604	407	101	
605	408	101	
606	409	101	
607	410	101	
608	411	101	
609	412	101	
610	413	101	
611	414	101	
612	415	101	
613	416	101	
614	417	101	
615	418	101	
616	419	101	
617	420	101	
618	421	101	
619	422	101	
620	423	101	
621	424	101	
622	425	101	

1982 - 1983

	1982	1983	Total
Processos Cíveis Julgados	767	671	
Processos Crimes Julgados	808	896	
Recursos Oriundos do Cons. da Magistratura	05	04	
Processos Administrativos	157	103	
Total Geral por Exercício	1.737	1.674	
Total Geral no Biênio			3.411

